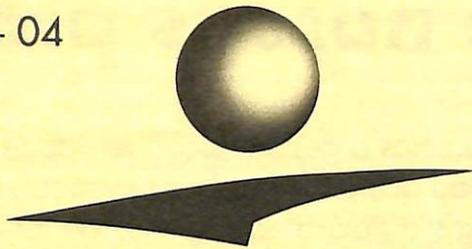


CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04



G E S T Ã O
PSICODIVERSIDADE

i o r n a l d o
P S I C Ó L O G O

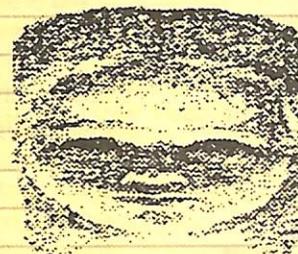
BELO HORIZONTE, ANO 10 • Nº 42
J U N H O / J U L H O 1 9 9 3



- presidente da Comissão de Representação Externa sobre Desaparecidos Políticos, Nilmário Miranda, defende o resgate da história do país, faz novas revelações sobre os números legados pela repressão e critica a apatia do Governo Federal. A entrevista está na página 3.



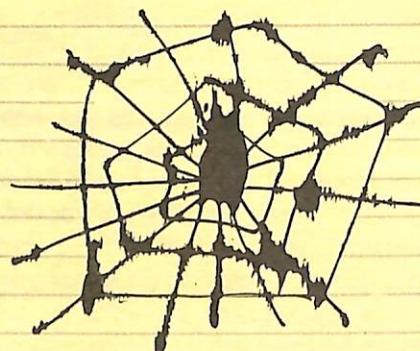
- **A** Psicologia como instrumento de subversão do poder. Página 11.



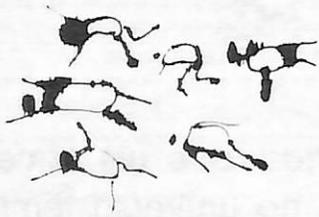
- **Lanternas Vermelhas:** mais que um filme, um jogo em que se aposta no universo feminino. Página 7.



- **Suplemento -** Nesta edição, o **Poder**, a força e a modernidade. São os olhares da Filosofia e da Ciência Política.



A Constituição Federal de 1988 promoveu mudanças relativas às políticas sociais no Brasil. Destaque para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente que assegura a participação da sociedade civil de forma deliberativa através da criação de conselhos a nível federal, estadual e municipal, com participação paritária entre a esfera pública e as entidades não-governamentais. Com esta perspectiva o Conselho Regional de Psicologia 4 Região (MG/ES) e o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais estão promovendo reuniões com o objetivo de discutir as políticas sociais ligadas à criança e ao adolescente no âmbito da saúde, educação e assistência social. Entre as discussões, algumas questões foram priorizadas: o estatuto e seus desdobramentos jurídico-institucionais; levantamento das instituições e profissionais que vêm desenvolvendo um trabalho neste sentido, além de mercado de trabalho, novas teorias, técnicas e práticas. Vários profissionais foram contactados e alguns deles já vêm participando destas reuniões. Se você está incluído entre eles ou tem interesse nestas questões, comunique-se com Heloísa Amaral do CRP-04 ou com o Sindicato dos Psicólogos.



No próximo dia 27 de agosto a Psicologia completa 31 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Mais do que um bom pretexto para comemorações, é também uma oportunidade de conversarmos sobre um assunto que interessa a todos nós, a Psicologia. Estamos organizando uma mesa-redonda para o dia 27 com profissionais muito especiais e, no dia 28, um mini-congresso, com encontros simultâneos de psicólogos de diferentes áreas de atuação. Procure se informar.

Nesta edição do Jornal do Psicólogo nos debruçamos sobre um tema que diz respeito a todo e qualquer indivíduo ou sociedade.

Tão questionado quanto perseguido, o Poder é o destaque deste número do JP que apresenta, no Suplemento Escuta, duas ricas e distintas abordagens: uma sob a ótica da Filosofia e outra da Ciência Política.

Sob o império da ditadura e, num segundo momento, de decisão política, o poder é o fio que costura a questão dos mortos e desaparecidos políticos e que é resgatada pela entrevista com o deputado federal Nilmário Miranda, presidente da Comissão Externa sobre Desaparecidos Políticos.

Num outro contexto, o tema destacado nesta edição está presente no artigo que aborda a qualidade de vida do trabalhador, no resumo da tese sobre novas políticas de Recursos Humanos e, ainda, no comentário publicado na página Mídia acerca dos programas de desenvolvimento empresarial.

Já o artigo "O Psicólogo, a fome e o desejo na Ilha das Flores" aponta para

o Poder Judiciário tem solicitado ao CRP-04 nomes de psicólogos para trabalharem como peritos. Dada a urgência, o Conselho responderá pelas primeiras indicações. Mas a proposta é constituir uma comissão para credenciamento de todos os profissionais interessados. Aguarde notícias.



A gestão PSICODIVERSIDADE do Conselho Regional de Psicologia 4 Região (MG/ES) acaba de assinar convênio com a Cooperativa Editora e de Cultura Médica Ltda. Com este acordo, todos os psicólogos inscritos e quites com o CRP-04 podem comprar, em seu nome, a partir deste mês, produtos da Cooperativa. São três lojas que vendem livros nacionais e importados, roupas, calçados e acessórios, além de papelaria e material escolar. A Cooperativa também presta serviços como a editoração de obras e importação direta de produtos.

É bom ressaltar que no convênio ficou estabelecido que o CRP-04 não pode ser responsabilizado pelos débitos dos psicólogos inscritos, liberando a Cooperativa para adotar as medidas cabíveis aos devedores para seu recebimento. Para comprar nas lojas, o psicólogo inscrito deve acatar todas as normas em vigor para os associados; apresentar carteira profissional; fornecer ficha cadastral para avaliação da Cooperativa, quando solicitada, além de assinar os documentos exigidos para compras a prazo. A Cooperativa pode se recusar a vender ao psicólogo que não atender aos pré-requisitos cadastrais ou que violem as normas estabelecidas.

Anote os endereços da Cooperativa: Sede - Av. Bernardo Monteiro, 930 - Santa Efigênia - 30150-281. Loja - Av. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia - 30150-100 - Loja: Av. Antônio Carlos, 6.627 - Bloco M1 - ICB/UFMG - 31270-010 - Belo Horizonte MG. Fone: (031) 273-1955 - Fax: (031) 226-7955.

Pela dimensão ética de nossas práticas

Ao iniciarmos a gestão Psicodiversidade nos detivemos em uma questão que pode nos fazer avançar, principalmente por começarmos a tratá-la não apenas de forma discursiva, mas implicando-a em todas as instâncias. Estamos nos referindo à "Questão Ética", mais particularmente, ao Exercício Ético a que nos propusemos não só como conselheiros e integrantes de uma Câmara Permanente de Ética - como assim é instituída - mas, principalmente, como cidadãos. Acreditamos que a Ética profissional insere-se, necessariamente, num universo mais amplo, numa ética social.

A partir deste posicionamento estamos desenvolvendo e nos colocando a trabalho, incluindo e buscando outros espaços que antes não haviam sido explorados e que agora começam a ocupar a função de nos subsidiar, de nos trazer outros saberes para podermos ouvi-los, discuti-los e interrogá-los. E é o que tem se dado na Comissão Científica, que vem para que a interlocução entre os vários discursos psicológicos se apresentem pautados e em direção a uma epistemologia, para um rigor que aponte para dimensão ética das nossas práticas.

É com isso que temos de nos haver - com a dimensão ética da nossa prática - onde quer que esteja presente, independente do sistema psicológico a que ela responda, pois temos uma variedade de segmentos e esta diversidade estrutural da Psicologia é posta como um ponto nodal de divergências e rupturas. Diante deste embaraço nos dirigimos a um outro caminho que possibilite um salto, que nos leve a uma tomada de posição, a uma inscrição no social para que possamos desenvolver em nós, profissionais psicólogos, a percepção do nosso código não como mera lista normativa ou legalista de conduta, mas como instrumento que provoque a reflexão do exercício da cidadania e, de forma mais singular, a ação profissional desta cidadania.

Esta retomada de posição nos é possível se nos engajarmos no processo Constituinte da Psicologia com o propósito de nos manifestarmos e de reafirmarmos a nossa prática sustentada pela Ética, único instrumento capaz de conciliar Psicologia e Cidadania.

7º Plenário - Gestão Psicodiversidade

a possibilidade de o profissional subverter e transformar o poder através da escuta e da vazão ao desejo.

Explorando e investigando uma outra forma de manifestação do poder, nosso colunista Carlos Roberto Drawin insiste em nos fazer refletir com "O paradoxo da Violência".

Com tudo isso, nós do Jornal do Psicólogo, da Gestão Psicodiversidade, esperamos contribuir instigando o profissional e apontando para o poder que hoje, no contexto do Processo Constituinte da Psicologia, o psicólogo tem de indicar, escolher, optar por qual Psicologia deseja para nossa sociedade.

Ricardo F. Moretzsohn

Presidente da Câmara de Comunicação Social

Obs: na última edição, por falha na revisão, publicamos incorretamente nesta coluna uma questão por demais conhecida. Em tempo: "Afim, o que quer uma mulher?"



Quando foi criada a Comissão de Desaparecidos e por quê?

- No Brasil a Anistia foi dada pela própria ditadura e teve como característica a impunidade, fruto do acordo entre as classes dominantes e os militares. Eles fariam a transição mas não mexeriam na corrupção que houve no período, nem entraram em julgamento a concentração de renda, o endividamento externo e tampouco os crimes da ditadura que são muitos. Eles deixaram várias brechas na Anistia. Deixaram sem anistiar os militares que foram perseguidos pela ditadura. A reintegração de milhares de sindicalistas, os servidores civis e militares que foram perseguidos, demitidos, tudo isso ficou para trás. E deixaram, talvez seja o que há de mais perverso na ditadura, deixaram os desaparecidos para trás. Por que inventaram os desaparecidos? O morto dava desgaste para a ditadura: repercussão internacional, pressão do Congresso Nacional, familiar, denúncias de mortes nos centros de repressão. O Brasil que começou. Depois vieram a Argentina e o Chile que multiplicaram isso de forma espantosa. Existia uma relação de 144 brasileiros desaparecidos: dez no exterior e 134 no Brasil. Hoje nós sabemos que este número chega a 170.

Este número aumentou de novembro do ano passado até agora. O que você soube de novo?

- Chegaram informações novas. Tivemos informação de um documento do próprio Exército que fala em 92 mortos na Guerrilha do Araguaia. O PC do B divulgou a relação de 60 desaparecidos. Um foi identificado, Lourival Paulino, e ficaram 59. Mas no documento confidencial do Exército se fala num número maior. Isso porque foram mortas pessoas que não eram militantes do PC do B que foram para a região fazer guerrilha. Eram caboclos que foram recrutados lá pelo partido. E os sobreviventes não tinham informações sobre a identidade dos caboclos.

ARQUIVO / EM

O deputado federal Nilmário Miranda é presidente da Comissão de Representação Externa sobre Desaparecidos Políticos. Criada em 1991, tem como principais objetivos resgatar a memória dos mortos e desaparecidos políticos, vítimas da ditadura militar, além de lutar pelos direitos de seus familiares. Mas a pretensão da Comissão é ainda maior: pretende sensibilizar governo federal, parlamentares e sociedade civil para a reconstituição de uma história ainda viva e sombria. Em entrevista concedida ao Jornal do Psicólogo em 25 de maio, ele fala sobre os números legados pelo autoritarismo, do fantasma dos desaparecidos políticos e dos avanços e retrocessos desta luta que, agora, é assegurada por um regime democrático e pela Constituição Federal.



ENTRE VISTA

Que o Exército tinha...

- O Exército sabe porque foi o Exército que matou. E apareceram alguns casos novos. Chega a 170 desaparecidos e há 210 mortos de 64 a 85. Desses mortos, muitos foram enterrados pela família e passam como se fossem terroristas, bandidos. Mas há dezenas de mortos que foram enterrados pela ditadura, pelas forças de repressão com nomes fictícios em locais ignorados. Daí a luta das famílias para terem direito à memória, aos despojos, direito de enterrar seus mortos e de cultuá-los. Eles não eram bandidos, eram militantes políticos que lutavam contra a tirania, contra um regime baseado na violação dos direitos humanos e democráticos. Os militares se sentiram no direito de reescrever a história. E aí vem o direito da Nação de saber o que aconteceu no período.

É daí que vem a Comissão?

- Há o cruzamento de duas vertentes. Uma é humanitária, o direito das famílias a seus mortos. Não é pelo fato de ser 170 famílias apenas, contra o Chile com 4 mil 500 e Argentina com 15 mil. Não é questão de número. E tem também o sentido de construção da democracia e da cidadania, de ter acesso à sua história. Para a própria instituição militar, para ser reabsorvida e respeitada, ela precisa se desvincular do passado, não pode ficar protegendo meia dúzia de militares que estão aí e que mataram, esquartejaram, torturaram. Na medida em que a instituição militar protege os torturadores e os assassinos, ela está assumindo a tortura e o assassinato. A questão dos mortos e desaparecidos foi jogada para debaixo do tapete. Na Europa, os países que não souberam enfrentar o nazismo, levar isso até o fundo, estão sofrendo agora com o neofascismo, o neonazismo. Então se nós não queremos ditadura, tortura, nós temos que resolver esta questão.

E quem está apoiando ou resistindo para a resolução desta questão?

- Houve uma cumplicidade dos meios de comunicação, da elite brasileira, que quiseram esquecer essa ferida que ficou aberta, deixando famílias nesta situação. Há muitas que têm desaparecidos - que não são mortos nem vivos - e que acabam transformando desejo em quase realidade. Há mães que nunca saíram de suas casas na expectativa do retorno do filho, outras que ainda guardam um lugar à mesa. A maioria sabe que o desaparecido morreu, mas não quer acreditar, não tem corpo. Por outro lado, há casos de filhos que nasceram quando o pai já estava na clandestinidade e por isso não foi legalizado o nascimento, não são órfãos legais. Tem ainda casos de paralisação de bens, de pessoas que não têm a pensão devida porque está desaparecida e não morta... E quem está conosco nesta busca de solução são todos os movimentos de Direitos Humanos, a igreja Católica, algumas igrejas evangélicas, movimentos que marcham contra a maré.

E esta parte do Exército que te deu informações sigilosas?

- A Marinha é favorável à resolver isso de uma vez por todas. Ela sabe que para virar passado, tem que reestabelecer a verdade, que reparar as injustiças. O próprio Golbery. É dele uma frase famosa. Ele dizia que enquanto as Forças Armadas não pusessem os cadáveres dos mortos e desaparecidos em frente aos jardins do Palácio do Planalto, essa ferida não seria fechada.

E que parte da sociedade resiste? Que parte do Exército?

- O espantoso é isso. Quem resiste não vem a público. Há uma resistência surda, uma resistência culpada de quem não tem sequer autodiáde moral ou política para fazer uma defesa pública de que esta injustiça não deve ser reparada. São pessoas que se defendem ameaçando denunciar empresários e outros que estão por aí e que fizeram parte.

O próprio porta-voz do Exército disse que desaconselha mexer com este assunto. O Exército tem se posicionado.

- Não é o Exército. O general Gilberto Serra tem dito que fala em nome próprio e não pelo Exército. Eu considero isso uma anomalia porque se ele é porta-voz ele não poderia dar entrevistas que são publicadas. Assim nunca vai ficar claro se é ele ou o Exército que está se posicionando. E isso vai de encontro à outras falas como a do Ministro do Exército, do Ministro da Justiça que é, inclusive, o encarregado disso, que se comprometeu a resolver este problema perante a Nação.

E por que então essa questão não é esclarecida?

- Porque esse governo é fraco. O governo Collor deveria ter resolvido isso, pois veio eleito pelo povo e não tinha nenhum preço a pagar aos militares. O Collor chegou a dizer, uma vez interpelado por um familiar de desaparecido político, que era favorável ao direito dos familiares. Nada foi esclarecido. Depois no governo Itamar o ministro da Justiça Maurício Correa jurou perante a opinião pública que iria resolver isso. E no entanto nada é feito. Os porões ameaçam, têm essa força. E isso vai ter um preço para a democracia. O reconhecimento de que os mortos e desaparecidos foram vítimas da violência política será uma contribuição para a Nação até porque a tortura - o país faz de conta que ela não existe - é praticada em escala geral. Por que? Até 1985 foram identificados 444 torturadores com seus nomes, patentes, cargos e funções. Foram identificados 250 locais de tortura dentro do aparelho do Estado e quase 300 formas de tortura durante a ditadura. Havia treinamento de torturadores, houve envolvimento de psicanalistas, psicólogos e médicos para monitorar a tortura. E isso continua no Brasil: a tortura, o desaparecimento forçado de pessoas, só que agora não são mais por motivos políticos. O assassinato de lideranças camponesas continua, de crianças, de menores delinquentes, de indigentes. Práticas que ali foram feitas contra políticos agora são feitas contra segmentos marginalizados da população.

A ditadura serviu para banalizar a tortura?

- Banalizou a tortura, o desaparecido e o assassinato de pessoas. o caso do Carandiru: isso é um escândalo, ninguém ter sido punido. Essa impunidade de que todo brasileiro reclama, isso teve origem na ditadura. A ditadura consagrou a impunidade, ela exigiu como condição para passar o poder para os civis, que houvesse impunidade.

Há quem diga que os documentos do SNI foram queimados em 1977. É verdade que não há mais documentos no Brasil que possam comprovar esta história?

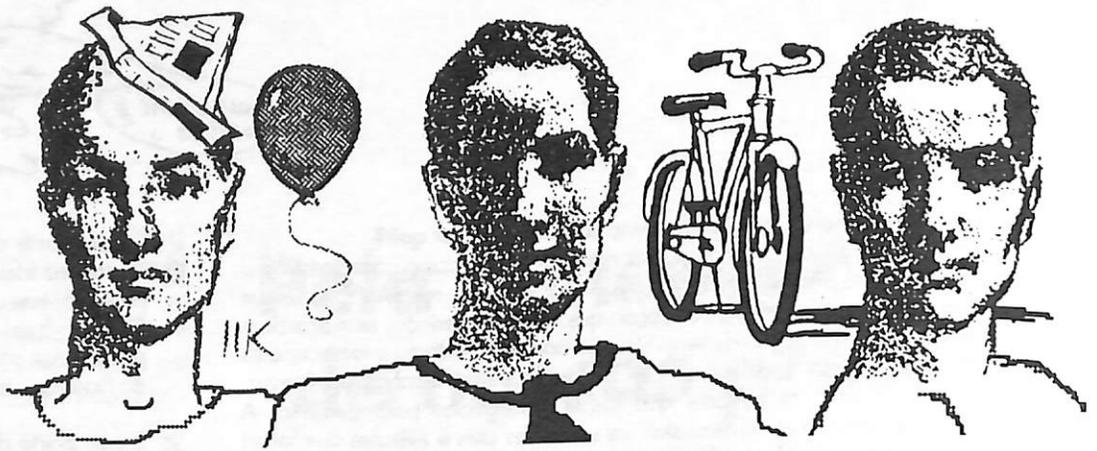
- Acho que o governo de Minas mente quando diz que não há mais arquivos. É mentira. Esses arquivos foram microfilmados. Algumas PMs de algumas secretarias de Segurança de vários estados do país continuam fazendo registro de atividades subversivas, o que é absolutamente ilegal, inconstitucional. Recentemente no Rio Grande do Sul se descobriu que a Brigada Militar (PM) mantinha um serviço secreto que investigava o próprio governador, a quem deve obediência, além de deputados, candidatos a presidência, sociedade civil, igrejas, continuam sendo observados, fazendo anotações e fichas sobre eles. Em Santa Catarina descobriu-se na Secretaria de Segurança um arquivo que tinha anotações até 1992. Descobriu-se no serviço de informática da Brigada Militar do Rio Grande do Sul as fichas que eles diziam que tinham desaparecido do Dops gaúcho. Então é mentira. O que aconteceu é que na passagem dos primeiros governadores eleitos pelo voto direto em 1982, os governadores indicados do tempo da ditadura limpavam os Dops, as secretarias de Segurança, tiraram as informações e levaram para outro lugar. A maioria está na Polícia Federal, no Dops Federal, que eles nunca abriram. O Dops de São Paulo e a abertura do Dops do Rio e do Paraná e agora, o de Pernambuco, têm informações importantíssimas da iniquidade. A história, esses locais, devem ser preservados. Eu, por exemplo, estou fazendo um arquivo nacional, estou juntando tudo que tem sobre a repressão, sobre mortos e desaparecidos. Já combinei com a reitora da UFMG. Nós vamos doar este material para a universidade para montar um acervo para jornalistas, cineastas, escritores, pesquisadores, enfim, para quem quiser ter acesso a este material.

E a sua Comissão, trabalha para que o governo coloque estes documentos à disposição da sociedade?

- A minha comissão é Externa. Não tem poderes para investigar, convocar. Nós fizemos isso até porque não queríamos, em nenhum momento, passar a idéia de revanchismo ou de fazer luta política em torno de questões ocorridas há duas ou três décadas ou fazer qualquer proselitismo contra militares. Não se trata disso. Mas se por acaso chegar ao ponto de um governo democrático, constitucional, se negar mais uma vez, nós poderemos pensar em outro caminho, da Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas só faremos isso se formos obrigados. A CPI tem o poder de convocar generais da reserva, militares da ativa, e não sabemos aonde é que isso vai dar. □

Almas atormentadas

Desorientados pela crise, executivos com altos salários aderem à cursomania de virar criança



Brincar faz mal?

Thelma M. Teixeira

(...)

Os executivos de hoje, que batem ponto em multinacionais, empresas de porte e instituições financeiras, eram os melhores quadros do país de ontem. Foram programados para ser a elite do país à direita e à esquerda. Almejavam sentar-se nos bancos da Escola Superior de Guerra - a Sorbonne dos militares brasileiros -, matriculavam-se em boas universidades estrangeiras, formulavam planos para o antigo MDB ou o velho Partidão. Hoje, desorientados, buscam receitas milagrosas, herdeiras distantes dos métodos surgidos na década de 70 para despertar sensibilidades reprimidas pelo que, naqueles tempos remotos, se chamava o "sistema".

Nesses cursos mirabolantes, que agora pretendem revitalizar as energias dos homens promovidos a corações e mentes do sistema, eles plantam bananeira, engatinham feito criança, brincam de cabra-cega, pulam amarelinha. Em alguns casos, fazem exercícios para regressar ao útero materno ou são convidados a receber comida na boca. No auge das sessões, debulham-se em lágrimas, explodem em gritos lancinantes ou disparam sonoras gargalhadas. "Para reanimar sua elite, as empresas apelaram para coisas com cara de novidade", critica Júlio Lobos, que há duas décadas estuda o perfil dos executivos e é consultor da Pirelli, da IBM e da Varig. "Esses cursos começaram na década de 70 e foram importados dos Estados Unidos. É que americano não tem senso do ridículo". (...)

As piruetas para executivos podem causar espanto, mas por trás delas está um velho e conhecido motor: o dinheiro. De um lado, os diretores de grandes empresas com sua maré de problemas. Eles têm medo de perder o emprego, acham que ganham pouco e roem-se de frustração ao constatar que a crise enxugou o caixa de seus patrões a ponto de não poderem engordar o contracheque. Uma consulta a 450 diretores de empresas de mineração e instituições bancárias, feita por Júlio Lobos, descobriu que 70% dos entrevistados reclamam de seus salários. Do outro lado do balcão estão os donos de cursos. Prometem inculcar autoconfiança nos alunos e oferecem uma receita de sucesso com estabilidade no emprego. Com suas técnicas de infatilização, os cursos tentam dar um conteúdo de aprendizagem a um negócio tão antigo quanto o livro-caixa: a picaretagem. Os donos dos cursos querem ganhar dinheiro e - teria melhor sacada? - avançam sobre os donos das mais bem fornidas contas bancárias do país.

Vitória do Nó- No início dos anos 70, a onda dos "tratamentos de choque" começou com os cursos de sensibilização. A técnica consistia em trancar os executivos numa sala durante horas fazendo o que bem entendessem: gargalhando, gritando, chorando. Depois, foi a vez da análise transaccional, em que cada aluno tenta descobrir como exerce seu papel social, até que, nos anos 90, a moda chegou ao auge com os cursos de sobrevivência na selva e, é claro, de neurolingüística, essa pseudociência que encantou o ex-presidente Collor no exílio bibliotecário da Dinda. O modismo tem por base uma palavra-chave: paradigma, que seria como o programa do computador cerebral de cada um. Mudando o "paradigma", um executivo seria capaz de reprogramar seu cérebro para superar dificuldades, produzir soluções inovadoras e, lógico, fazer sucesso. "Esses cursos vendem uma mercadoria que não podem entregar", diz Arthur Kaufman, professor de Psicologia e Psiquiatria da USP. (...)

Domingo, 30.05.93
Acabo de ler a reportagem da Veja.
Me vem uma palavra: Radical. E penso. Nós (profissionais de dinâmica de grupo) precisamos fazer algo.

Segunda-feira, 31.05.93
Recebo um telefonema do CRP-04 solicitando um artigo para o Jornal do Psicólogo sobre técnicas usadas em treinamentos comportamentais, a partir de matérias publicadas na mídia. "Coincidência?", diriam os mecanicistas. "Sincronicidade?", diriam os holísticos.

Início, portanto minha reflexão:
O ponto de vista da reportagem é a vista de um ponto. Daí a palavra: Radical, no sentido da coisa vista de um só ângulo.

A nossa cultura ocidental nos fez desenvolver mais o hemisfério esquerdo do cérebro, aquele que organiza, estrutura, mede, racionaliza, enquanto que o direito, aquele que intui, imagina, cria, é menos utilizado.

Valoriza-se aquilo que é radical, lógico, linear, desqualificado o intuitivo, o subjetivo, a complexidade. O cartesianismo provocou uma cisão no indivíduo (in-divisível), fragmentando-o em corpo e mente; o modelo mecanicista desconsidera o ser humano global, inteiro, holístico.

A cultura das organizações, de modo geral, privilegia esse modelo, baseando-se em variáveis objetivas, concretas, racionais e quantitativas, desconsiderando os aspectos subjetivos referentes às emoções, sentimentos e o inconsciente, ou seja, valoriza o que *Fela Moscovici* (1) chamou de "luz" e desvaloriza o que chamou de "sombra".

O modelo de homem vigente nas organizações é o do homem operacional ("recurso" humano a ser maximizado) ou quando muito do homem reativo (ser que reage com atitudes e é motivável através do ajustamento ao trabalho). O homem parentético (termo de *Husserl*, que significa em parêntesis, em suspenso), aquele ser autônomo, participativo com consciência crítica, que "suspende" a crença no mundo comum, permitindo alcançar sua liberdade, é o raro modelo nas organizações. Ele leva em conta o ser integrado, inteiro (holos), não fragmentado.

Os programas convencionais de treinamento das empresas reforçam o modelo operacional e enfatizam somente os aspectos cognitivos racionais, lógicos e objetivos da cultura organizacional (luz) negando a subjetividade (sombra).

Algumas técnicas de treinamento favorecem o desenvolvimento integral do ser humano. Aliás, devem ser chamadas de técnicas de desenvolvimento, uma vez que não visam ajustar a pessoa ao trabalho (modelo homem reativo) mas des-envolvê-la, facilitando o emergir de toda sua potencialidade. Elas foram nomeadas na citada reportagem como exóticas. O nome não seria de todo inadequado não fosse a conotação pejorativa. Exótico é excêntrico, aquilo que se desvia do centro; é extravagante, aquilo que se afasta do comum ou esquisito, achado com dificuldade ou raramente.

Todos esses sinônimos estão coerentes com uma visão menos ortodoxa dos programas de desenvolvimen-

to. Essas técnicas partem da premissa de que a melhor forma de aprendizagem é a vivência, o fazer, e que essa vivência trará mais aprendizagem quanto mais ocorrer num clima descontraído, sem defesas, que permita o aflorar também dos aspectos subjacentes, inconscientes. Elas abrem espaço para as emoções, a alegria e o prazer no trabalho buscando a volta ao simples, fazendo a aprendizagem ocorrer de forma natural.

Quando uma pessoa se envolve numa atividade, analisa essa atividade criticamente, extrai algum *insight* e aplica o aprendido, ela está passando por um processo de aprendizagem vivencial. Isso ocorre a todo momento e de forma natural com as pessoas.

As técnicas devem seguir essa metodologia a fim de ter um resultado adequado e útil à situação de trabalho. Quando a técnica é apenas vivenciada sem o posterior processamento e contrato de mudança, ela se torna apenas uma brincadeira ou um jogo de salão e o aprendizado é relegado. Mas quando todo o processo é realizado, a aprendizagem ocorre e de maneira natural, prazerosa, semelhante à forma espontânea de aprender da criança, contribuindo para que os indivíduos lidem eficazmente com situações de trabalho, com pessoas, consigo mesmos e com o mundo.

Evidentemente, as técnicas só serão eficazes se, além de bem trabalhadas, estiverem respaldadas por um referencial teórico e, primordialmente, forem utilizadas por profissionais competentes e habilitados e que façam uma utilização ética dessa competência.

Esse profissional precisa dominar a tecnologia, saber utilizar os recursos, saber escolher o que é mais apropriado aos objetivos que se pretende atingir. A competência técnica, a experiência e a competência interpessoal e os padrões éticos são condições "indispensáveis" para que o uso da tecnologia de dinâmica de grupo (técnicas comportamentais) não se torne uma picaretagem.

As técnicas abrem espaço para a imaginação, a criatividade, a intuição (desenvolver o hemisfério direito) em igualdade de importância aos conteúdos lógicos, racionais e objetivos (hemisfério esquerdo), promovendo o equilíbrio saudável dos dois hemisférios numa visão globalizada, holística.

No caso específico de executivos - em que a competência técnica é fundamental para o desempenho, mas a competência intra e interpessoal é que lhe dará meios de alcançar os resultados empresariais -, as técnicas de desenvolvimento vêm cumprindo seu papel, despertando-os para uma visão mais integrada das organizações.

(1) Fela Moscovici, Renascença Organizacional Litros Técnicos e Científicos Editora Ltda.

A autora é consultora organizacional, pós-graduada em Administração de Empresas e especialista em Dinâmica de Grupo e Psicodrama

ACHO QUE DESEJ
NÃO COMBINA C/ PODER.



Novas políticas de recursos humanos e saúde mental

Maria Elizabeth Antunes Lima

O estudo, cujos resultados pretendo discutir a seguir, serviu de base para a elaboração de minha tese de doutorado, intitulada "Efeitos psicopatológicos das novas políticas de Recursos Humanos", defendida na Universidade de Paris IX no dia 30 de junho de 1992. Este estudo situa-se no campo da Psicopatologia do Trabalho, disciplina que tenta elucidar os impactos da situação de trabalho sobre a saúde mental.

Desde o trabalho de M. Pagès et alii (1979) - "O poder das organizações" - que os efeitos psicopatológicos das novas políticas de pessoal, adotadas pelas empresas ocidentais, têm sido objeto de reflexão. No entanto, apesar da importância inegável deste estudo, questões fundamentais continuaram sem resposta. Além disso, considero que na pesquisa realizada por estes autores, algumas variáveis, imprevisíveis, foram desconsideradas. Foi com o objetivo de obter resposta a algumas dessas questões que permanecem em aberto, que realizei uma pesquisa numa grande empresa brasileira, pioneira na utilização dessas políticas. Tentei também compreender a importância de variáveis como categoria sócio-profissional, conteúdo do trabalho, história pessoal e atividades extra-trabalho, na forma pela qual o sujeito afronta essas políticas. Além disso, o centro de minha análise foi o sujeito e suas possibilidades de defesa e de resistência. Portanto, tentei explicitar as estratégias defensivas (individuais e coletivas) através das quais aqueles que se submetem a tais políticas alcançam um certo equilíbrio. Como tratava-se de um estudo em profundidade e basicamente qualitativo, optei por uma amostra mais reduzida: 45 pessoas, pertencendo a três categorias (produção, escritório e gerência). Os instrumentos de coleta de dados foram: uma adaptação do T.A.T., uma entrevista individual semi-dirigida, um questionário e uma entrevista coletiva.

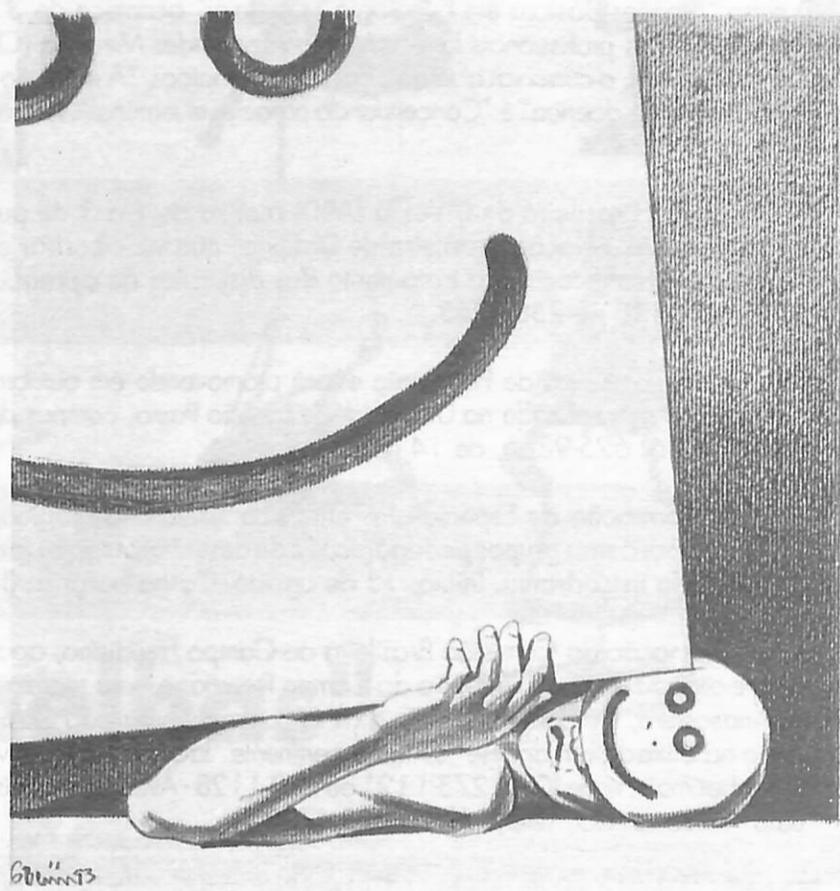
Antes de discutir os resultados obtidos, tentarei caracterizar rapidamente o que chamo de "novas políticas de RH". Trata-se de um conjunto de práticas e procedimentos adotados pelas empresas ocidentais, especialmente durante as duas últimas décadas, com o objetivo de aumentar sua rentabilidade e competitividade. A entrada em massa dos produtos japoneses no mercado ocidental e os dois choques de petróleo têm sido apontados como os maiores responsáveis pela sua grande expansão. Essas políticas consistem, em geral, numa tentativa de síntese dos modelos japonês e americano de gestão de Recursos Humanos e as possibilidades de sucesso de um tal "casamento" têm sido objeto de con-

siderável discussão. Elas consistem, resumidamente, na concessão pelas empresas de salários mais elevados, maior estabilidade no emprego, maior investimento em desenvolvimento e formação, possibilidade de carreira, maior autonomia e participação do empregado nas decisões. Existem também dispositivos visando a antecipação de conflitos e a individualização dos salários e das reivindicações. Observa-se, além disso, que as formas de controle adotadas por essas empresas são extremamente sutis, e as pesquisas indicam que o controle é, em grande parte, introjetado pelos empregados.

A princípio, pode causar estranheza, especialmente diante das péssimas condições de trabalho oferecidas pela grande maioria de nossas empresas, a idéia de que políticas de pessoal, baseadas em tais vantagens, possam repercutir negativamente sobre a saúde mental dos empregados. No entanto, se analisarmos globalmente tais políticas, considerando não apenas as vantagens oferecidas, mas também as exigências impostas, é possível verificar que seus efeitos são extremamente negativos.

Constatei que as fortes exigências de qualidade e de produtividade impostas por essas empresas, como contrapartida pelas vantagens oferecidas, representam uma pressão à qual os empregados se adaptam com grande dificuldade. Além disso, as pessoas são submetidas, neste contexto, a um segundo tipo de pressão, mais sutil, e por isso mesmo mais pernicioso: as injunções paradoxais que se revelam em mensagens do tipo "seja você mesmo, autônomo e independente" e, ao mesmo tempo, "totalmente submisso às normas impostas pela organização". Percebi que as pessoas têm que recorrer a mecanismos de defesa primitivos e tipicamente perversos, como a clivagem ou a recusa, para responder a tais injunções.

Foi possível perceber que essas novas práticas gerenciais impõem estratégias defensivas bastante particulares e que certos tipos de mecanismos de defesa assim como certos comportamentos defensivos se encontram ampliados e, algumas vezes, são adotados com bastante esforço pelo sujeito para conseguir uma certa adaptação e um certo equilíbrio frente às pressões exercidas por essas empresas. É importante sublinhar que a qualidade deste equilíbrio é bastante precária e se torna cada vez mais à medida em que o sujeito se aproxima do alto da pirâmide. Constatei que os meios de proteção contra os efeitos nefastos dessas políticas tornam-se mais frágeis à medida em que o sujeito se aproxima do topo da hierarquia. Portanto, são os altos executivos que se mostraram mais vul-



neráveis a estes efeitos.

Além disso, tais efeitos se evidenciam na qualidade das relações interpessoais: as relações de amizade e as manifestações de solidariedade são extremamente reduzidas e, entre os empregados e gerentes, o que prevalece é a relação instrumental com o outro. Dessa forma, o colega ou o subordinado torna-se um mero instrumento, um simples meio para o alcance de objetivos pessoais. Além disso, a competição entre pares é acirrada em decorrência da criação de um mercado interno, reforçado pelo projeto de carreira.

Os empregados desenvolvem uma grande dependência em relação à empresa, além de se sentirem fortemente identificados com seu projeto de conquista e de dominação. Sob um discurso que exalta a democracia e a liberdade, o que existe é um universo totalitário e que exerce forte influência sobre o imaginário e a vida psíquica, ao contrário dos antigos métodos que tinham no corpo o seu alvo maior. No entanto, em virtude das grandes vantagens - materiais e simbólicas - oferecidas, este universo representa, ao mesmo tempo, uma situação de extremo conforto. Ele oferece aos participantes uma espécie de segurança, de certeza e de satisfação narcísica jamais encontradas em outras situações de trabalho. Tudo isto reduz enormemente a possibilidade de oposição a essas políticas. Recusando-se categoricamente a manifestar qualquer crítica à empresa, a grande maioria dos empregados defende-se da emergência de conflitos, criando uma imagem da empresa como inatacável e perfeita através de um jogo complexo de idealizações, clivagens e deslocamentos.

Maria Elizabeth Antunes Lima é professora do Departamento de Psicologia da UFMG e coordenadora do NESTH (Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano) - UFMG. Para ter acesso à tese, redigida em francês, basta entrar em contato com a autora. Endereço residencial: Rua Itai, 923/002, Novo São Lucas - 30260-250 - Belo Horizonte - MG. Tel.: (031) 283-1698 ou no NESTH: 448-5069.

UNIVERSIDADE

Acontece no período de 22 a 25 de agosto na Pousada Rio Quente em Caldas Novas (GO) o "V Encontro dos Psicólogos da Área Hospitalar". Terá como tema central "O Psicólogo e a Saúde no Século XXI - Atuações, Técnicas e Pesquisas". Para saber mais ligue (062) 224-1749. Telefax: (062) 223-2536.

O curso "Noções Básicas em Psicologia Hospitalar" acontece de 3 a 9 de agosto de 20 às 22 horas. Ministrado pelos profissionais Eunice Moreira Fernandes Miranda (CRP-04/7997) e Paulo da Silva Sírío (CRP-04/8147), o curso vai abordar, entre outros tópicos, "A inserção do psicólogo na instituição"; "O que é dito através da doença" e "Conceituando o paciente terminal". Maiores informações pelo tel.: (031) 271-5256 ou 443-2724.

A Associação Brasileira de Dislexia (ABD) realiza de 1 a 3 de outubro, em São Paulo, o II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Dislexia que vai abordar o tema "Alterações no desempenho escolar: da identificação ao tratamento dos distúrbios de aprendizagem". Informações e inscrições: (011) 255-1388 ou 258-7363.

A Sociedade Brasileira de Psicologia estará promovendo em outubro próximo a "XXIII Reunião Anual de Psicologia" a ser realizada na Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto. Outras informações pelo tel.: (016) 625-9366, de 14 às 18 horas.

Curso de Formação de Especialistas em Psicodrama Pedagógico, pela Sobrap. Tem como objetivo habilitar e coordenar grupos pedagógicos e de desenvolvimento de acordo com os fundamentos teóricos e técnicos do Psicodrama. Início: 13 de agosto. Carga horária: 360 horas. Tel.: (031) 383-2964.

Com a promoção da Comissão Brasileira do Campo Freudiano, apoio da *Fundacion du champ Freudien* (Paris) e organização do Simpósio do Campo Freudiano, será realizado no período de 3 a 7 de setembro, no Minascentro, em Belo Horizonte, o "IV Encontro Brasileiro do Campo Freudiano". O tema "Demanda e desejo na entrada em análise" se torna pertinente "face as perspectivas da criação da Escola Brasileira". Para saber mais, ligue (031) 273-1121 ou 273-1128 - Avenida Francisco Sales, 555/1 andar 30150-220 - Belo Horizonte-MG. Telefax (031) 273-4770.

No período de 8 a 10 de outubro o Círculo Psicanalítico da Bahia estará realizando a "1 Jornada Norte-Nordeste de Psicanálise" do Círculo Brasileiro de Psicanálise. Estão previstos painéis, conferências e mesas-redondas e terá como tema central "Transferência e Interpretação". Informações: Centro Médico Garibaldi - av. Garibaldi, 370 - sala 1101 - Salvador-BA. Tel.: (071) 245-0248.

"Os desafios das instituições na Sociedade Global". Este é o tema central do V Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos (ESARH) e do "VIII Encontro Nacional de Administradores e Psicólogos (ENAP) que acontecem no período de 22 a 25 de setembro. Será no Centro de Convenções do Hotel Serrano, em Gramado (RS). Informações com a Racional: rua Miguel Tostes, 524 - 90430-060, Porto Alegre-RS - Fone: (051) 332-9293 ou com Fator RH: rua Félix da Cunha, 701 - 90570-001 - Porto Alegre-RS - Tel.: (051) 346-1011.

Será realizada no período de 2 a 6 de agosto próximo no auditório do CES, em Belo Horizonte, a "II Semana Filosófica da Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus". O evento, comemorativo do centenário do nascimento do Pe. Leonel Franca, S.J. e dos 20 anos da nova fase da revista Síntese, tem como programa "Cultura e Filosofia". Estão previstas seis conferências, entre elas, "Deus no Discurso Filosófico", por Marcelo Perini, que assina o artigo "A consciência moral e a norma ou o ovo e a galinha" publicado no número 40 do Jornal do Psicólogo. São sete seminários, incluindo "Tiranias e Racionalidade" por Newton Bignotto, autor do artigo "Poder e força: as tentações do autoritarismo" (veja suplemento Escuta desta edição) Para fazer contato: av. Dr. Cristiano Guimarães, 2.127 - Belo Horizonte-MG - 31720-300 ou Caixa Postal 5047, Venda Nova - Belo Horizonte-MG - 31611-970. Fone: (031) 441-0233 e Fax: (031) 441-7227.

Vai ser promovido de 10 de agosto a 7 de dezembro um curso de "Psicomotricidade" destinado a estudantes e profissionais de Psicologia. Será realizado de 13 às 15 horas e de 19 às 21 horas. Rua Bernardo Guimarães, 2.598, Santo Agostinho, Belo Horizonte. Informações: (031) 335-6833.

Em agosto, setembro e outubro Ivana Andrés e Moacyr Laterza vão ministrar os cursos "O Mistério do Desenho - Prática e Teoria" e "Criatividade Artística - curso e Discurso". Ambos terão como fechamento uma visita à Bienal de São Paulo. Informações no Local: r. Henrique Passini, 275. Belo Horizonte-MG - Tel.: (031) 223-3493 e 221-4894.

Subloca-se consultório de Psicologia a rua Rodrigues Caldas, 670 - sala 705 - Santo Agostinho - Tratar com Livia ou Catarina no local, de segunda a sexta-feira, no horário de 8 às 21 horas. Tel.: (031) 291-8123.

Subloca-se horários em consultório de Psicologia - Rua Raul Pompéia, 43, sala 101 - Savassi. Tratar com Edmar - Fone: 227-5064

Subloco horários - Consultórios de Psicologia - Av. Cristóvão Colombo, 519 - sala 1303 - Fone: 223-1859 - 227-1360 - Tratar Patrícia.

Subloco horários pela manhã. Consultório próprio no Santo Agostinho, sala mobiliada e decorada em prédio novo e ótima localização. Tratar com Saskia - Fone: 468-9121.

Subloco Consultório de Psicologia - Rua Tomé de Souza, 503/706 - Savassi - Tratar com Alexandra - Telefone: 221-3166 - 385-1297.

Subloco ou divido consultório com mais duas pessoas - Rua da Bahia com Timbiras (igreja de Lourdes) - sala própria já montada - Tratar com Ariadne - Telefone: 225-7918 (manhã) - Adultos e Crianças - (Psicologia - Psicopedagogia).

Consultório - Alugo horários para atendimentos de psicólogos e pedagogos - Local: Savassi. Tel.: 344-2287 (ligar a noite ou às 12 horas). Obs.: temos espaço para atendimentos individuais e em grupo.

Psicóloga interessada em montar e dividir consultório - Experiência de 7 anos na área de Psicopedagogia e outros - Telefone: 344-2491 - Tratar June.

Subloco horários consultório de Psicologia - R. Fernandes Tourinho, 235, sala 802 - Savassi - Tratar com Regina - Fone: 225-6295 ou 224-5863.

Hollywood Bananas

"Hollywood Bananas" é uma comédia musical que revive os tempos das chanchadas da Atlântida. Artistas hollywoodianos, Grande Otelo e Oscarito contracenam, a bordo de um navio, com Zé Trindade, Zezé Macedo, Anselmo Duarte, Cyll Farney, Ankito, Adelaide Chiozzo, José Lewgoy e outros personagens imaginários como o Fantasma da Ópera, obcecado por matar cantoras.

Este espetáculo está de volta aos palcos de Belo Horizonte. Até o final de agosto pode ser assistido de quinta a domingo no Francisco Nunes. A direção musical é de Babaya, os figurinos de Luiz Otávio Brandão, os cenários de Décio Novello, a coreografia quem assina é Dudude Herрман e a produção é de Regina Sposito. No elenco, Maurício Tizumba (no papel de Grande Otelo), Amaury Vieira, Babaya, Daniel Furtado, Hélio Zolini, Lu e Celinha, Rodrigo Campos e Paulo André. Ingressos a Cr\$250.000,00.

Mas para os psicólogos que apresentarem a carteira profissional na bilheteria há um desconto de Cr\$50.000,00.

Você está convidado.

EUGÊNIO SÁVIO



Lanternas Vermelhas (Raise the Red Lantern) é uma produção chinesa de 1991 dirigida por Zhang Yimou, que também assina "Amor e Sedução". O filme, que pode ser encontrado em locadoras de vídeo, acompanha a trajetória de uma jovem chinesa que deixa a universidade para se tornar a quarta esposa de um magnata. Quem comenta esta obra é Kátia Botelho de Carvalho, psicanalista e professora adjunta na PUC-MG: "A questão do feminino", "Psicolingüística" e "Ética".

Sobre

"Lanternas Vermelhas"

"La mujer sólo es apariencia. Y es lo femenino como apariencia lo que hace fracasar la profundidad de lo masculino".

Baudrillard

Tem-se a impressão de um mergulho no universo feminino: na cena inicial destaca-se, em primeiro plano, o rosto de uma jovem mulher decidindo (forçosamente) abandonar a universidade (na qual se encontra há seis meses) para se tornar mais uma das esposas (a quarta) de um rico proprietário de terras.

Não há outra saída: segue sozinha, trajando uniforme escolar, carregando a mala com seus poucos pertences, em especial, a flauta que o pai morto lhe deixara, em passos firmes e decididos...

Decididos a quê? Perguntaríamos. Vislumbra-se no rosto e no porte um ar de quem está seguro de seu poder e de sua supremacia. (Uma das esposas lhe dirá oportunamente: "Você é melhor. Foi à Faculdade".)

Vem de um mundo que se caracteriza pela ordem da lei e do proibido, o que remete sempre ao esquema inverso da transgressão, da liberação e a instauração do recálque, com conseqüente divisão entre um discurso manifesto e um discurso latente.

Na sua ingênua e inexperiente superioridade (marcada pela lei fálica da castração $\forall\chi\Phi\chi$) des-"conhece" o outro mundo que a aguarda.

Ao chegar, toma logo ares de Senhora da casa, dá ordens à jovem criada para que carregue sua mala.

Instalada em sua nova morada, se depara com uma série de rituais e costumes, aos quais lhe é dito que deve seguir inexcusavelmente, em nome da tradição daquela família, que data de longas gerações.

Entramos na esfera do jogo, que nos revela a paixão da Regra, a força que provém de um cerimonial e não de um desejo.

As peças-chaves do jogo:

- A casa do senhor
- As casas das esposas (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, ..., n)
- As casas dos criados (do Senhor)
- As casas das criadas (das Esposas)
- A casa da Morte

As regras do jogo:

- As esposas devem se visitar e se tratarem como irmãs
- As esposas devem fazer as refeições juntamente na sala designada para tal
- As esposas devem aguardar na entrada de suas respectivas casas as instruções do Senhor
- Lanternas vermelhas são acesas diante da casa daquela com a qual o Senhor passará a noite
- A casa com lanternas acesas determina o cardápio
- Lanternas acesas: direito a massagem nos pés (um outro gozo, um gozo a mais, aí vem um gozo particularmente feminino $\forall\chi\Phi\chi$)
- Se engravidar: lanternas permanentemente acesas, o senhor habitando todas as noites, privilégio de chamar Tia Cao (aquela que sabe fazer a massagem dos pés) quando quiser.

As rodadas (estações do ano) se sucedem, as esposas jogam e apostam tudo: aqui é a terceira esposa reivindicando o Senhor na noite de núpcias da quarta esposa, sob o pretexto de estar doente; ali é a segunda esposa simulando simpatia e presenteando a quarta para melhor obter informações e destilar venenos; mais adiante encontra-se a jovem criada despeitada a fazer magia negra com a ajuda da segunda contra a quarta esposa.

A cada lance segue-se a eleição da esposa que terá as lanternas acesas e massagem nos pés. Tudo se decide entre elas mesmas, o Senhor é uma silhueta, uma voz.

Uma delas diz para a quarta esposa: "Se conseguir ter uma massagem nos pés toda noite, em breve mandará nesta família".

Baudrillard (1981) escreve: "A ordem que institui o jogo, sendo convenci-

onal, não tem comparação com a ordem necessária do mundo real: não é ético nem psicológico e sua aceitação (a da regra) não é resignação nem coação".

Continua noutra parte: "... a impossibilidade de negar o jogo desde o interior... cria ao mesmo tempo um pacto simbólico, uma observância da regra sem restrições e a obrigação de chegar até o final do jogo como até o final do desafio".

Ora, o que acontece com a recém-chegada quarta esposa?

Tenta negar o jogo:

Diz não se importar com o cardápio, não liga por não ter as lanternas acesas, não procura as outras irmãs, não precisa de companhia e não gosta de jogar Majong (jogo para o qual a terceira esposa lhe convida propondo deixá-la ganhar). A terceira esposa diz aos parceiros de jogo: "Ela foi universitária. Ela joga para ganhar".

Ou então, quando é desafiada pela criada: "Chame Tia Cao se conseguir". Resolve entrar no jogo fazendo trapaça: inventa uma gravidez e se deixa trair pela marca de sua anatomia.

Após ter sido punida com o ato de ter suas lanternas cobertas (com todas as conseqüências que isto acarreta), quer fazer valer a lei num espaço que é o das regras e denuncia as lanternas acesas na casa de sua jovem criada: consegue com isto levá-la à morte.

Sozinha no dia de seu aniversário, recebe a notícia da morte da criada, se embriada e conta para a segunda esposa que a terceira se encontra em companhia do belo doutor. Não sabe o que fez, ao voltar a si no outro dia, ouve os gritos da terceira irmã, interroga uma criada sobre o acontecido e se surpreende: "Contei? Eu?"

Os criados levam a terceira esposa para a casa da morte, ela os segue, vê a irmã morta e grita: "Assassinos!"

O Senhor chega e põe ordem na casa: "Você ficou louca? Você não viu nada".

O que ela não percebe? Que não há uma finalidade no jogo. O jogo está ali

simplesmente para ser jogado. Este não é um sistema de proibições e portanto não pode ser transgredido. As regras, quando muito, podem não ser observadas, mas isto não coloca ninguém num estado de transgressão, somente o coloca sob o domínio da lei.

A quarta esposa (excessivamente fálica) destrói o encanto do jogo fazendo irromper nele sua determinação individual; ela trapaceia, diz inconscientemente o que deveria ser mantido em segredo, confunde a aposta, que é o que permite jogar, com o processo de mais valia, que é determinante no campo da lei.

Tentando ganhar se desqualifica para o jogo ao fazer disso a finalidade o jogo.

Talvez não perceba que aquele mundo, com seus costumes, com suas regras e tradições, estivesse organizado de modo a poder fazer representar aquilo que, na verdade, não pertence a ninguém (as lanternas vermelhas), permitindo assim a circulação de um signo (as lanternas acesas) entre os jogadores, com a característica "clara e formal" de poder representar simbolicamente esta potência imaginária de um falo ereto sempre em vias de desfalecer (o falo evanescente).

E, principalmente, que o Senhor tampouco tem ou é esse falo; ele também é um dos parceiros do jogo. Por que não dizer, aquele que ocupa a posição mais frágil e susceptível, já que o campo todo nos parece estruturado de forma a que seu poderio e potência não sejam jamais questionados e que sua impotência e fracasso não venham nunca à luz.

Neste jogo paga-se com a vida ou com a loucura!

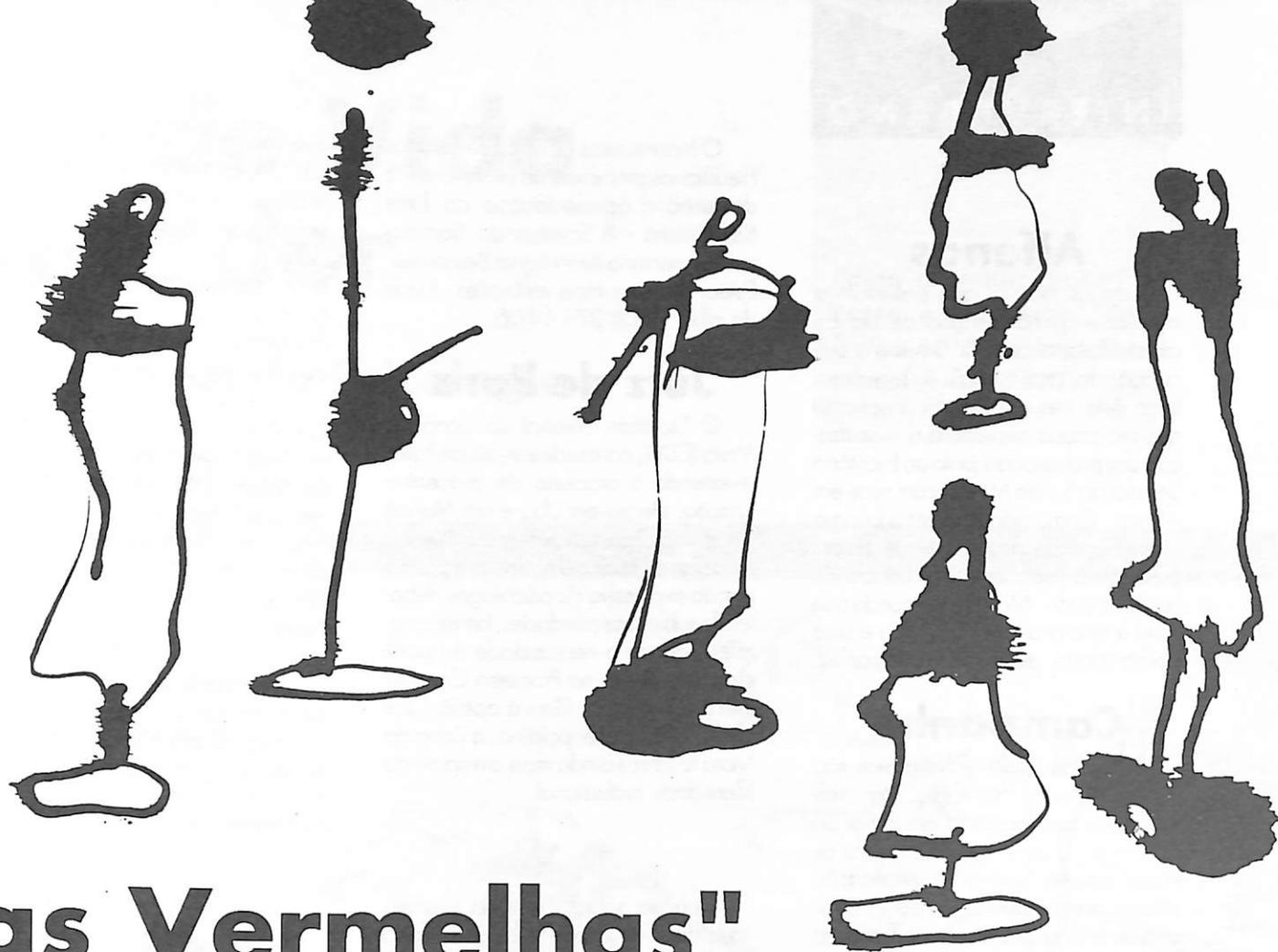
A recém-chegada quinta esposa pergunta:

- Quem é ela?

- Era a quarta esposa. Ela enlouqueceu.

Bibliografia

Baudrillard, J. *De La Seduccion. Madri, Ediciones Cátedra, 1981.*



Alfenas

Entre os motivos que sustentam a criação e a manutenção de um Escritório Setorial do CRP-04 está a articulação dos profissionais da região em torno dele. No entanto, foi observado que era pouco expressiva a mobilização dos profissionais junto ao Escritório Setorial do Sul de Minas, com sede em Alfenas. Como não foi instituído para se ater apenas a questões de ordem burocrática, este escritório acaba de ser desativado. Mas nada impede que volte a funcionar. A reativação é uma possibilidade: depende da demanda.

Campanha

A Faculdade de Filosofia Sion não oferece curso de Psicologia. Mas mesmo assim tem recorrido ao Jornal do Psicólogo na promoção de cursos ou como suporte teórico. A publicação passou a ser conhecida nesta instituição de ensino através do professor de Psicologia Paulo Paz. Vale lembrar que a Fafi Sion é uma das unidades que integram a Universidade do Estado de Minas Gerais que tem como reitor Aloízio Pimenta. Também fazem parte da universidade estadual no sul de Minas as faculdades de Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas, Teófilo Otoni, Varginha e Uberaba, esta, em fase de organização.

Governador Valadares

O município está se preparando para o "1 Seminário de Psicologia do Leste Mineiro" que acontece nos dias 27 e 28 de agosto. É uma iniciativa da primeira turma de Psicologia da Universidade do Vale do Rio Doce (Univale) que se propõe a discutir o tema "O papel do psicólogo na comunidade". Confirmadas as presenças de Raquel Correa Ferreira (Análise Institucional), Alzira Carvalho Lima (Psicologia Hospitalar), Lizete Bretas (Psicologia Comunitária), Conceição Aparecida Rezende e Rosemary Pereira Costa (Saúde Mental), além de Edith Lins Eto, conselheira do CRP-04 (Psicologia Educacional). Informações pelos tels.: (033) 221-4656 com Hiojuma; 271-2767 com Luísa; 276-2845 com Susan ou 221-1367 com Cláudia.

O Inconsciente - Centro de Estudos Freudianos promoveu no último dia 26 de junho a apresentação do filme Kagemusha - A Sombra do Samurai com comentário de Wagner Bernardes. Estão previstas mais exposições. Fique de olho: (033) 271-1466.

Juiz de Fora

O Escritório Setorial da Zona da Mata (EZM), com sede em Juiz de Fora, revertendo o processo de descentralização, elegeu em Ubá e em Muriaé seu psicólogos articuladores. Nestas cidades, a conquista maior foi a participação expressiva de psicólogos debatendo sobre suas atividades, bem como, referendando a necessidade de participação intensa no Processo Constituinte da Psicologia. Com a adesão dos profissionais de Leopoldina, a Zona da Mata fortalece ainda mais o resgate da identidade profissional.

Pesquisa sobre "Perfil da Loucura na Cidade de Juiz de Fora" está sendo realizada pelo Escritório Setorial da Zona da Mata, em parceria com o Centro de Ensino Superior, profissionais e acadêmicos. Posteriormente será divulgado um trabalho científico, viabilizado para as áreas de maior concentração de leitos psiquiátricos do país. Para se ter uma idéia, no Brasil a média é de um leito para cada 2 mil habitantes. Em Juiz de Fora, é um leito para cada grupo de 299 pessoas.

Muriaé

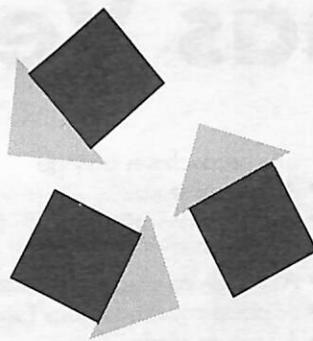
O município, localizado a 385 quilômetros de Belo Horizonte, elegeu recentemente a psicóloga Margarida Maria Paulo Rodrigues como articuladora do CRP-04. Isso significa que ela vai trabalhar como elo de ligação entre a autarquia e os 16 profissionais de Psicologia da cidade. Esta iniciativa é apenas o começo de uma mobilização mais ampla que pode culminar na criação de uma Associação dos Psicólogos. Para fazer contato, consulte o endereço da articuladora na coluna Setoriais, no final desta página.

São Lourenço

Esta cidade do Sul de Minas, que integra o Circuito das Águas, vai sediar, no período de 24 a 26 de setembro, o "Encontro dos Psicólogos do Sul de Minas". Patrocinado pela Prefeitura Municipal de São Lourenço, o evento,

que vai contar com a participação do CRP-04, está sendo apoiado por órgãos públicos, entidades diversas, Universidade do Estado de Minas Gerais e pela Câmara Municipal. Entre os objetivos, destacam-se a promoção de debates sobre o Processo Constituinte da Psicologia; estabelecer aliança com outras áreas do saber; possibilitar encontro entre a autarquia e órgãos públicos, autoridades, escolas, empresas e entidades, além da ampla divulgação do saber. Está previsto ainda lançamento do livro e conferência com o mestre em Psicologia Social, doutorando e professor da Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, Luís Querolim Netto.

A unidade do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) em São Lourenço propõe aos psicólogos do município trabalhos conjuntos, especialmente no setor de Habitação Popular.



Três Corações

A Fundação Comunitária Tricordiana de Educação oferece, através do Incor, curso de pós-graduação Lato Sensu na área de psicopedagogia. A coordenação é do professor José Camargo, da Universidade de São Paulo (USP).

Muitos professores têm recorrido a textos do Jornal do Psicólogo como subsídio teórico e de reflexão para os alunos dos cursos da Faculdade de Filosofia e Letras de Três Corações.

Ubá

A terra das mangas, que fica a 297 quilômetros da capital mineira, tem agora um profissional de Psicologia capaz de intercambiar demandas e informações entre a categoria local e o Conselho Regional de Psicologia. Eleita articuladora do CRP-04 no dia 19 de maio a psicóloga Maria de Fátima Paula de Souza. Para subsidiá-la em

seu trabalho, a fiscal Marisa Brandão foi à cidade e lhe ofereceu todas as informações necessárias para bem atender ao psicólogo de Ubá.

Uberaba

Uma biblioteca para psicólogos e estudantes. Esta é a boa notícia que chega do Escritório Setorial do CRP-04 no Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba. Já em fase de implementação um projeto que tem como proposta dar acesso à bibliografia especializada e, assim, possibilitar maior intercâmbio sobre a Psicologia enquanto Ciência e Profissão. É o projeto "Psi-Colabore", assim denominado pelo grupo de trabalho composto por dois psicólogos e seis estudantes colaboradores.

O projeto "Psi-Colabore" prevê o contato pessoal entre os estudantes e profissionais para o empréstimo de livros, catálogos, revistas e teses que constituirão o acervo bibliográfico sob a guarda do Escritório do Triângulo Mineiro.

A Fundação Gregório F. Barembli, formada há dois anos, é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo a constituição de um dispositivo de atenção em saúde mental aos usuários mais agravados, numa lógica antimanicomial, além de promover pesquisas neste campo. Há mais de um ano foi iniciada a produção autogestiva de uma experiência embrionária que foi delineando-se como NAPS/CAPS (Núcleo de Atenção Psico-Social). A inauguração pública se deu em 26 de maio passado com a presença de mais de 30 de seus usuários, de profissionais do Ministério da Saúde, de Belo Horizonte, de Betim e de Uberaba. O projeto se encontra em processo de conveniamento com o SUS (Sistema Único de Saúde). Para fazer contato: Avenida Dr. Odilon Fernandes, 721 - 38017-030 - Uberaba-MG. Fone: (034) 333-0906.

Vitória

A capital capixaba vai sediar o "2 Encontro da Sociedade Psicanalítica do Espírito Santo" marcado para os dias 26, 27 e 28 de novembro deste ano. Terá como tema "As Estruturas Clínicas". Os organizadores do evento ressaltam a importância da participação de todos os interessados em discutir questões relativas ao tema e suas implicações na noção de diagnóstico em Psicanálise. Para saber mais, é só fazer contato: (027) 225-1268.

Representantes e articuladores do CRP-04 em Minas Gerais e no Espírito Santo.

• Escritórios Setoriais:

- Espírito Santo (EES)** - Representante: Maria Tereza da Silva Cardoso - Rua Alberto de Oliveira Santos, 42/1511 - Ed. Ames, Vitória, Espírito Santo. Tel.: (027) 222-7394.
Triângulo Mineiro (ESTM) - Representante: Sérgio Paonessa Maiorino - Rua João Pinheiro, 546/16 - Piso B, Centro, Uberaba - CEP 38010-040 - Tel.: (034) 333-6522.
Zona da Mata (EZM) - Representante: Américo Galvão Neto, Avenida Barão do Rio Branco, 2.679/810 - Ed. Stela Central, Juiz de Fora. CEP 36010-012 - Tel.: (032) 215-6779.
• Articuladores:
Araguari: Lúcia Santos Coelho - R. Uberaba, 266, Centro. 38440-000. Tel.: (034) 661.4108.
Araçá: Aparecida Maria de Souza Cruvinel - Rua Doutor Edmar Cunha, 219 A, Centro. CEP 38180-000. Tel.:
Cachoeiro do Itapemirim: Carmen Lúcia Rocha de Jesus Grillo - Av. Pinheiro Júnior, 23, Centro. CEP 29307-300 Espírito Santo.
Divinópolis: Arlete Marchioni Macedo Diniz - Rua Minas Gerais, 655/214.

CEP 35500-007. Tel.: (037) 221-9398 e 221-1979.

Governador Valadares: Sandra Athayde Silva - Avenida Minas Gerais, 700/112, Centro. CEP 35010-151. Tel.: (033) 271-6471.

Ituiutaba: Sônia Divina Costa Rosado - Rua João Martin de Andrade, 363-A, Platina. CEP 38300-000. Tel.: (034) 261-3281.

Montes Claros: Ana Cristina Couto Amorim - Avenida Santos Guimarães, 123, Sagrada Família. CEP 39401-014. Tel.: (038) 221-1586 e 221-2115.

Muriaé: Margarida Maria Paulo Rodrigues - Rua Barão de Monte Alto, 125/113. CEP 36880-000.

Patos de Minas: Márcia Campos de Andrade - Rua José Alves Coelho, 125, Aurélio Costa. CEP 38700-000. Tel.: (034) 821-2040.

São João Del-Rei: Maria Tereza Antunes Albergaria - Praça Guilherme Milwat, 52. CEP 36300-000. Tel.: (032) 371-4167.

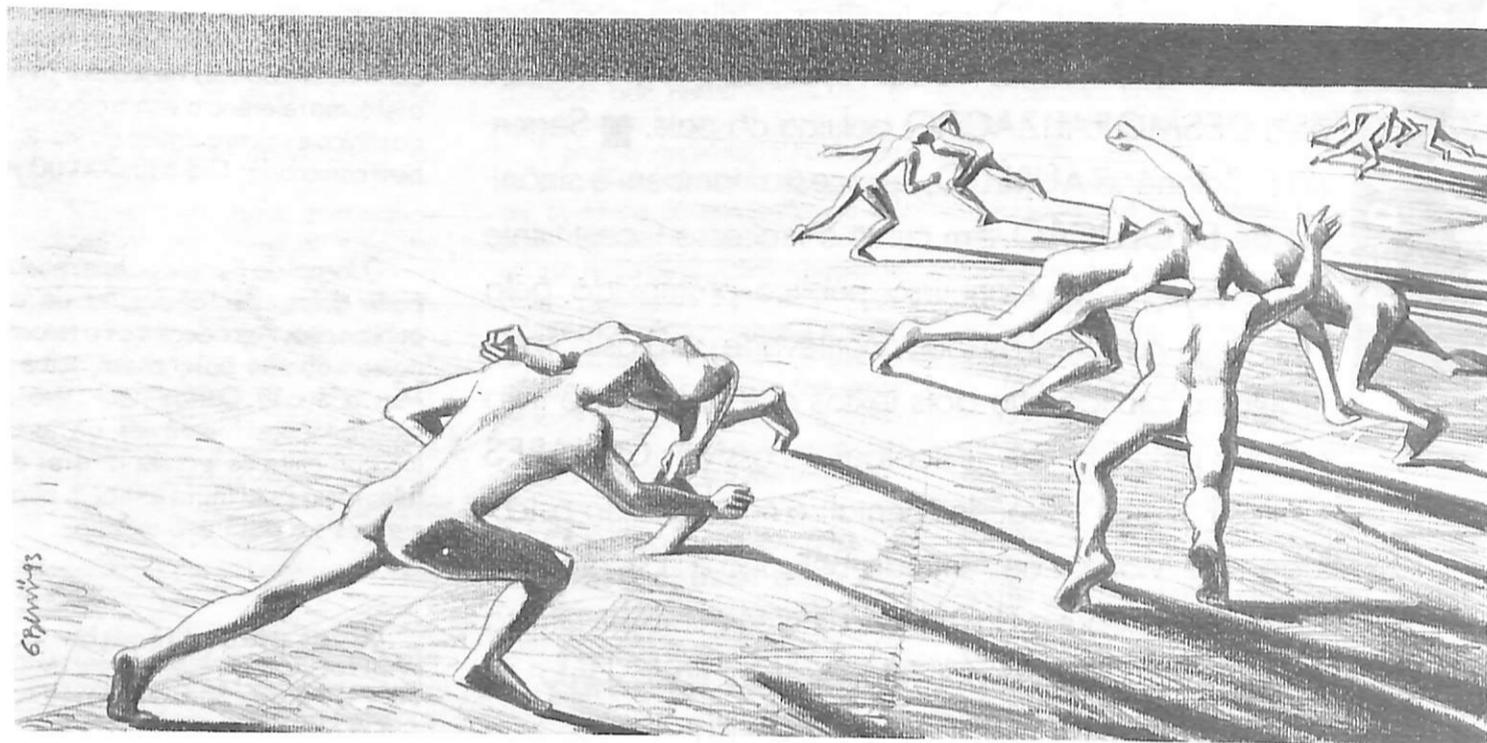
Ubá: Maria de Fátima Paula de Souza - Av. Comendador Jacinto Soares de Souza Lima, 1052/201. Tel.: (032) 532-2650. CEP 36500-000.

Uberlândia: Angela Melo - Rua Seriemas, 366, Cidade Jardim. CEP 38403-077. Tel.: (034) 238-1512 e 236-2744.

Qualidade de Vida do Trabalhador

Compromisso do profissional de Psicologia

Parcela significativa dos psicólogos brasileiros que atuam no contexto organizacional advêm muitas vezes de formação clínica. Contingências de vida os fazem ingressar na empresa, conviver com os jogos de poder para os quais não estavam preparados, além de experimentarem frustração de desviar-se do seu propósito. Outra parte da categoria, que optou pela área organizacional ainda na graduação, ressentem-se muitas vezes da formação mais eficiente, que decorre do descaso com que os Cursos de Psicologia tratam a área Organizacional. Este cenário demanda reflexões.



I D É I A S

Edina de Paula Bom Sucesso é psicóloga. Trabalha na área organizacional desde 1971.

○ descaso com que a Psicologia Organizacional vem sendo abordada é distorção que precisa ser denunciada e discutida. A esmagadora maioria dos trabalhadores têm vínculo empregatício e passa os maiores e mais produtivos períodos de sua vida como empregado.

Como desconsiderar esta realidade? Como negar a influência do clima psicológico do trabalho na qualidade de vida das pessoas? E além disto, como um profissional de Ciências Humanas pode alienar-se diante da realidade das classes trabalhadoras?

Os prazeres e as frustrações vividas no trabalho fazem parte da vida pessoal, mesmo para aqueles que teimam em dizer que "não levam problemas de casa para o trabalho ou vice-versa".

Não há como acreditar que alguém conviva com as pressões no trabalho, relacione-se de forma conflituosa com os chefes e colegas e possa afirmar que "trabalhar não é bom, mas viver é".

Esta constatação vem sendo enfatizada pelo consultor americano Peter Senge, autor de A Quinta Disciplina: "Tudo que torna o executivo mal sucedido na empresa o torna também mal sucedido como pai. Como pode um pai reforçar o amor próprio de seu filho se pisa no amor próprio do pessoal de sua equipe?"

O Psicólogo Organacional tem hoje papéis e desafios que extrapolam as funções clássicas com as quais é identificado. De selecionador e treinador de pessoal, passa hoje a exercer sua capacidade de contribuir para levar os resultados organizacionais através da melhoria da qualidade de vida. Criticar as relações de trabalho e cruzar os braços é pouco. É hora, sim, de empenhar-se na sensibilização do empresário para encarar questões como:

- o ganho do trabalhador é suficiente para manter um padrão de vida aceitável, com relação aos demais trabalhadores de igual nível?
- As condições de saúde e segurança são adequadas?
- O trabalho desenvolve habilidades e conhecimentos? A pessoa realiza trabalho significativo para ela?
- Existe abertura e franqueza nas relações interpessoais? Com que dignidade é tratada a pessoa? Respeita-se a sua privacidade? Toleram-se a discordância?
- Há balanceamento entre o trabalho e a vida como um todo?
- O empregado sente-se socialmente responsável por seu produto?
- Existe: Participação? Criatividade? Inovação?

Se estas questões ainda não foram equacionadas nas organizações

não é mais momento de culpar os empresários, o capitalismo, o governo.

Afinal outros países conquistaram respeito e melhor qualidade de vida para o trabalhador apesar do empresário, do capitalismo e do governo.

E nossa responsabilidade, enquanto psicólogos e cidadãos, resgatar o respeito e aprimorar os nossos argumentos na sensibilização do empresário para a importância da pessoa no processo produtivo.

Vale lembrar Kazuo Inamori, presidente da Kyocera, líder mundial em tecnologia avançada em cerâmica:

"Em qualquer negócio, a força ativa é gente. E gente tem vontade própria, idéias próprias e sua maneira de pensar. Se os funcionários não estiverem suficientemente motivados para enfrentar o desafio de crescimento e desenvolvimento, não haverá nem crescimento nem desenvolvimento".

Palavras de um empresário que precisam ser incorporadas ao discurso e ações de outros empresários e gerentes.

Este é o desafio à Psicologia Organizacional. Cabe a ela alinhar-se no compromisso de melhorar a qualidade de vida do trabalhador, apresentando saídas concretas e estimulando-o a dar o respeito à pessoa, independente de sua posição na hierarquia da empresa.

Referência Mínima

Às Clínicas, Empresas e profissionais Prestadores de Serviços de Psicologia Organizacional. Assunto: **Referência Mínima de Honorários** para a área de Recursos Humanos. Tabela com valores atualizados para o período de 01 a 30 de julho de 1993. O Conselho Regional de Psicologia 4ª Região MG/ES leva ao conhecimento de seus inscritos e demais pessoas interessadas o valor da UP - Unidade de Serviços de Psicologia - para o mês de julho de 1993:

UP = Cr\$ 20.533,69

Os serviços abaixo descritos passam, portanto, a ter os seguintes valores mínimos para sua prestação:

Recrutamento: (por vaga preenchida)
OBS: a partir de 01/07/93 cobrança percentual em relação ao salário do cargo (Custo Empresa).

Até 1 salário mínimo e meio: 100%
Acima de 1 salário mín. e meio: 75%

• Avaliação Psicológica: (por laudo)
Nível Operacional:
55 UPs = Cr\$ 1.129.352,95
Nível Técnico:
80 UPs = Cr\$ 1.642.695,20
Nível Superior:
100 UPs = Cr\$ 2.053.369,00

• Treinamento: (por hora de atividade)
130 UPs = Cr\$ 2.669.379,70

• Consultoria: (por hora de atividade)
200 UPs = Cr\$ 4.106.738,00

Para quaisquer esclarecimentos que por ventura se façam necessários, ligue (031) 261-1146.

HONORÁRIOS

PROVOCADO pela condição do povo brasileiro, o presidente Itamar Franco anunciou na solenidade de instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, em 13 de maio: "Há 30 anos aguardam o **MILAGRE** anunciado. Não vão esperar mais. ■ Reciclagem ética urgente: é esta a proposta da Arquidiocese de São Paulo e da Comissão de Justiça e Paz com a criação de uma escola para ensinar moral a políticos e administradores. Quem justifica a iniciativa é Dom Paulo Evaristo **ARNS**: "Os políticos são responsáveis pela **DESMORALIZAÇÃO** política do país. ■ Segundo o dicionário **AURÉLIO**, "processo" também é sinônimo de **EVOLUÇÃO**. Em curso o Processo Constituinte da Psicologia. ■ Concurso público promovido pela Prefeitura Municipal de João Monlevade para psicólogo incluiu na bibliografia dois textos que integram o livro editado pelo CRP-04, "Psicologia - Possíveis **OLHARES** Outros Fazeres": "Saúde Mental: o não-lugar do psicólogo", de Mônica de Almeida Belisário e "Psicologia/Psicanálise: sobre a **TEORIA** da clínica e sobre a clínica da teoria", assinado por Jeferson Machado Pinto. ■ Desde o início de maio, 60 policiais da Grande São Paulo freqüentam um curso com aulas de Psicologia, Religião, Direitos Humanos, Ética e, entre outros, **MÚSICA** e desenho. O objetivo é a reabilitação dos policiais. Alguns deles participaram do **MASSACRE** da Casa de Detenção, em 2 de outubro do ano passado. ■ Das 37 denúncias recebidas pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, duas são de maltratos sofridos por doentes mentais dentro dos hospitais psiquiátricos. ■ O **Jornal do Psicólogo** está sendo discutido no Departamento de Comunicação da UFMG. A convite do professor Paulo Bernardo Ferreira Vaz o artista plástico Marcelo **XAVIER** conversou com os alunos sobre o projeto gráfico do JP. Até então, só eram apresentadas nas aulas publicações estrangeiras.

Gostaria de receber, se possível, os exemplares do **Jornal do Psicólogo**. Mandem também informações com detalhes sobre a obra "Psicologia Possíveis Olhares Outros Fazeres", quais são os assuntos discutidos e o valor da obra.

Paulo Tadeu Bastos

Maceió-AL

O livro "Psicologia - Possíveis Olhares Outros Fazeres" é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia 4 Região (CRP-04). Dividido em três partes, reúne textos de sete conceituados profissionais de Minas. Você encontra na "Introdução", "Notas para uma história das idéias psicológicas em Minas Gerais". Na primeira parte, que versa sobre a "Psicologia/Universo sócio-político", são abordadas três diferentes áreas de atuação: "Arquitetura Social: o propósito da Psicologia Organizacional", "Saúde mental: o não-lugar do psicólogo" e "Possibilidades e limites do psicólogo educacional". Na segunda parte, outros três artigos relativos à "Psicologia/Psicanálise - Universo Teórico-Filosófico": "Ciência e subjetividade: sobre os caminhos filosóficos de logos e psyché", "A dimensão ética: da fé moral ou a lei como referência e consolação" e "Psicologia/Psicanálise: sobre a teoria da clínica e sobre a clínica da teoria". Este é o valor da obra que tem um preço bem camarada: Cr\$480.000,00 em julho.

O **Jornal do Psicólogo** tem recebido diversas correspondências, a maior parte delas, de solicitação de exemplares e de parabenização pela publicação. Agradecemos o retorno dos psicólogos e demais leitores ao nosso trabalho pois, assim, temos subsídios para melhor desenvolvê-lo. Mas a Seção Cartas não deve se restringir apenas à divulgação de manifestações favoráveis ao jornal. Pretende ser um espaço de interlocução entre os leitores através dos textos publicados. Discuta questões relativas à Psicologia também através do seu **Jornal do Psicólogo**. Afinal, ele existe é para isso mesmo.

Cartas para a redação: Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) - CRP-04 - Assessoria de Comunicação Social - Rua Tomé de Souza, 860/10º andar, Savassi - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-131.

Este também é o endereço para envio de informações, inclusive para a página Interurbano, artigos e apresentação de teses para divulgação no **Jornal do Psicólogo**. Os textos devem ser encaminhado com o número de telefone para contato e endereço. Os assinados devem ter, em média, 80 linhas datilografadas, breve currículo profissional e, no caso das teses, indicação dos locais onde possam ser pesquisadas pelos interessados.

DISQ FREUD

BH (031) 330-5000 - Bjp JLM
 RJ (021) 533-3083 222-3156
Ed. Imago 24 volumes
Nova edição. Garantia.
A vista 13.500.000
Em 2 vezes 8.000.000
PROMOÇÃO ATÉ 31/07/93
Castelhano 25 vols.
 Trad. do Alemão
Espanhol 3 vols. Sob consulta

Atendemos a todos os estados
 Entregamos a domicilio
 Horário: 8h30 às 18h30
 cgc 72.082.308/0001-34

PSICOLOGIA POSSÍVEIS OLHARES OUTROS FAZERES

- Uma obra plural sobre a Psicologia
- Um convite ao confronto de idéias, olhares e fazeres
- Uma publicação do CRP-04

À venda em Belo Horizonte:

- Centro Cultural Casa do Psicólogo
 - Liber Vinhos e Livros
 - Livraria Belas Artes
- e no CRP-04 com desconto de 30%, válido também para os Escritórios Setoriais do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Jornal do Psicólogo

Publicação do Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) - CRP-04
 Rua Tomé de Souza, 860/10º andar - Savassi - CEP 30140-131 - Belo Horizonte-MG.
 Tel.: (031) 261-1146 - Telex: (031) 392882 - Fax: (031) 261-6143

Diretoria: Mariana de Campos Mendonça, presidente; Carus Trindade Guimarães, vice-presidente; Simone Maria Machado da Silveira, secretária; Zulma Canuto, tesoureira.

7ª Plenária: Conselheiros Efetivos: Carus Trindade Guimarães; Maria Carmen Lopes Albricker Barbosa; Mariana de Campos Mendonça; Raymonde Jouanneau Saraiva; Sebastião Rogério Góis Moreira; Simone Maria Machado da Silveira; Sônia Maria de Brito Marques Porto; Susana Cançado Teatini; Zulma Canuto. Conselheiros Suplentes: Cristina Ribeiro de Figueiredo Teixeira; Edith Lins Eto; Elvira Lídia Pessoa de Oliveira; Manoel Mata Machado; Márcia de Oliveira Prata; Regina de Mont'Alverne Neto;

Ronaldo Pazini Marangoni Júnior; Vicente Almeida. Conselheiros Federais: Ricardo Figueiredo Moretzsohn (efetivo); Vera Lúcia Dias (1ª suplente); Gerson Alves Vieira (2ª suplente)

Coordenadoria Técnica: Heloísa Amaral;
 Assessoria Jurídica: Rodrigo da Cunha Pereira

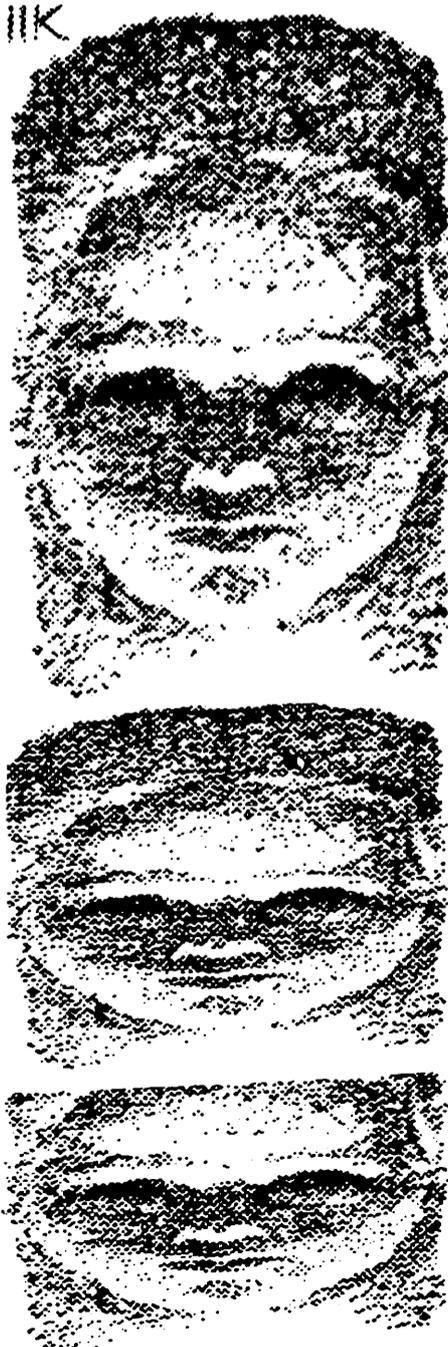
Editado pela Assessoria de Comunicação Social do CRP-04 - Jornalista Responsável: Andréa Rocha Faria (Mtb/MG 4203)

Programação visual: Marcelo Xavier
 Ilustrações: Geraldo Benício, Marcelo Xavier e Marcelo Kraiser
 Fotografias: Beto Novais, Patrícia Azevedo e Eugênio Sávio
 Edição gráfica: Cláudia Barcellos
 Impressão: Editora Littera Maciel - Fone: (031) 391-1022
 Tiragem: 11.000 exemplares

As matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. O **Jornal do Psicólogo** as publica por acreditar na diversidade das idéias.

Miseráveis aguardam ansiosamente os porcos acabarem de comer. Também querem ter acesso a um gigantesco depósito de lixo em estado de alta deterioração. Portões abertos, buscam restos numa corrida desesperada contra a fome e contra o tempo. Um cronômetro controla a coleta: um grupo de cada vez.

Estas imagens poderiam ser confundidas com ficção ou serem originadas pelo realismo fantástico do escritor colombiano Gabriel Garcia Marques. Mas de fantástica esta história não tem nada. É realismo puro. São cenas reais, registradas por um vídeo-documentário realizado na Ilha das Flores, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. São cenas que desenham a sociedade brasileira.



O Psicólogo, a Fome e o Desejo na Ilha das Flores



Paula do Paula

O que vem a ser uma Psicologia na Comunidade?

Por que Psicologia na Comunidade e não Psicologia da Comunidade, Psicologia Social ou, ainda, Psicologia Comunitária?

Qual a função do psicólogo na comunidade?

A origem do termo comunidade recebeu influência religiosa e fascista pois comunitariedade pressupunha uma igualdade, uma harmonia, um consenso geral na maneira de agir e pensar, enfim, pressupunha que um número X de pessoas pudesse conviver unisonantemente.

Entretanto, a etimologia do termo é reducionista na medida que se constata na prática que multifatores interferem numa comunidade de maneira extremamente dinâmica, impedindo esta pretenso homeostase.

A Psicologia na Comunidade não está aí para representar uma nova ciência, mas um novo modo de atuar como psicólogo. Vários saberes são convocados à fazer aliança com a Psicologia para dar conta do que seria então um trabalho disparador da transformação numa comunidade, numa perspectiva multidisciplinar mesmo considerando os entraves que se possam encontrar com as interfaces profissionais.

É preciso aproximar a Psicologia da possibilidade que ela carrega em seu cerne de ser transformadora do poder.

O trabalho da Psicologia na Comunidade não se propõe assistencialista nem pedagógico, embora num segundo momento ela possa incorporar os conteúdos da Pedagogia, da Assistência Social, da Terapia Ocupacional, da Sociologia e outras profissões que fazem esta interface com a Psicologia para dar andamento ao trabalho na comunidade. O que caracteriza o trabalho do Psicólogo e o diferenciará das outras profissões é o lugar da "escuta". Por conseguinte ele não pode assumir um lugar de mestria, no sentido de saber, a priori, o que é importante, o que é verdadeiro e urgente para cada comunidade. O psicólogo escuta para causar, a partir daí, a produção de uma verdade que será sempre própria e particular de cada comunidade e do grupo de trabalho em questão. Esta escuta não escuta a ordem puramente da necessidade, mas principalmente escuta o desejo. É isso que fundamenta a direção que será dada pelo psicólogo, integrando a comunidade numa parceria e tornando-a cúmplice nas ações e na gestão do trabalho realizado.

Sabemos que o povo tem fome.

Mas o papel do psicólogo não é dar-lhe comida. É a de incitar-lhe o desejo de comer. Tarefa difícil, porém, ética! Despertar este desejo, muitas vezes apagado pela opressão do Outro, é específico da função do psicólogo.

É preciso aproximar a Psicologia da possibilidade que ela carrega em seu cerne de ser transformadora do poder, subversiva mesmo, na medida em que muda de posição um sujeito de objeto passivo de subjugação à atividade necessária para buscar e reivindicar sua própria comida. É preciso acreditar que a Psicologia tem meios de levar um sujeito à indignar-se, a partir do momento em que ele recebe seu próprio discurso sob forma invertida.

O psicólogo escuta para causar uma verdade que será sempre própria e particular de cada comunidade.

É necessário contextualizar a Psicologia politicamente diante da realidade Social da comunidade em que se trabalha, apostando antes de mais nada na sua condição de ser provocativo do desejo, incitadora do pronunciamento da palavra, promotora da retificação subjetiva, desalienando o sujeito que agora é ouvido e outrora nunca o tinha sido em nenhum fórum. Isto sim é possibilitar o resgate à cidadania.

Como resgatar a cidadania de quem nunca teve lugar na cidade? Ora, o lugar dos excluídos sociais, sejam loucos ou pobres, sempre foi o da marginalidade!

Para esclarecer a questão da cidadania que hoje virou clichê panfletário, parafraseio a filósofa Marilena Chauí: "O homem, para ser cidadão, precisa ser compreendido em três aspectos fundamentais e atendido em todos eles. O primeiro é o individual que diz respeito ao direito à liberdade de pensar, de credo, de ir e vir, de expressão. O segundo é o social que diz respeito aos deveres que todo cidadão tem que ter para com a sociedade que é o de respeitar o próximo, seus bens, sua família, sua liberdade. E o último aspecto, o político, diz respeito à participação social no direito de voz e voto, de optar, de escolher, intervir, contribuir. Se ao homem não for concedida a realização destes três aspectos, o resgate à cidadania não passa de um blefe.

Toda esta mudança aproxima o saber acadêmico do saber popular, apontando talvez para o que Célio Garcia propõe com o conceito de "saúde inventada", onde se mantém um espaço de não saber no trabalho, um espaço de risco que, ao invés de nos fazer recuar, deve nos fazer apostar, porque é fato que nenhum saber é

todo, completo e sem falhas.

A Psicologia na Comunidade define-se mais como uma prática do que como uma teoria específica, ou seja, uma ciência a parte, pois todo psicólogo se fundamenta na arbitrariedade do pulsão, no desejo, na constituição do sujeito diante dos efeitos do imaginário social que lhe é oferecido, na realidade, que está sob a égide da fantasia e na escuta d'ISSO.

Este é o traço unário da Psicologia, esteja onde estiver, comenta o psicólogo William César Castilho.

Tanto o psicólogo organizacional, o educacional, o clínico, o analista institucional e outros, estarão convocados a se posicionar com um discurso que contenha sim este traço unário, mas que ofereça contribuições específicas não trabalho na comunidade pois não há possibilidade ética de se distanciar desta realidade em que a sociedade demanda um atendimento, demanda alternativas de tratamento, de direção e não encontra maneiras de participar de uma experiência autogestiva porque não há profissional que se habilite a esta empreitada.

Não há saída senão esta. Cair na comunidade é uma expressão que denota a premência do psicólogo, profissional de saúde que é, começar a atuar in loco, num lugar outro, aquele de causador, para despertar o desejo e fazer surgir disto um efeito social no sentido de transformar consciências, provocando mudanças de posição neste discurso de ordem perversa onde um Mestre e Senhor, que sabe o que é bom e sabe do que o povo precisa, fabrica escravos que daí, não acreditam nem no saber, nem no poder que trazem, perpetuando o *establishment*.

Sabemos que o povo tem fome. E o papel do psicólogo é incitar-lhe o desejo de comer.

O desafio do psicólogo na comunidade não é só inverter este discurso, estando ele mesmo destituído de um falo teórico. O desafio maior sempre será quando lhe for exigido saber; saber o que fazer mas só depois que a comunidade tenha produzido sua verdade. Afinal, fazer operar mudanças e dar a direção é sempre da função do psicólogo, embora quem trabalhe seja sempre o outro, neste caso, os membros da comunidade em questão. Urge que o psicólogo encare este desafio para não perder o trem da história.

A autora é psicóloga, psicanalista, participante do fórum do CPMG, trabalhadora da saúde mental no Hospital Galba Veloso e coordenadora do grupo de Trabalho da Psicologia na Comunidade do CRP-04.

O paradoxo da violência

Na cultura telemática em que vivemos, sob a primazia da simulação e do efêmero, defrontamos, ao final de cada jornada de trabalho, com uma singular simbiose: nossa rotina e nosso cansaço sucumbem ao fascínio semiúrgico da mídia e perdem-se no encantamento perverso das imagens. No entanto, a lógica do espetáculo, que nos consola da mesmice e do tédio da vida, parece continuar estranhamente a nossa rotina, pois dissolve o mais insólito acontecimento na trama da vivência mais banal. Assim, o massacre da Bósnia convive bem com a distração de uma conversa familiar, a terrível fome na África não chega a interferir, com exceção de alguma lágrima fugaz, com a suculência de nosso sanduíche. É como se a violência explícita, no breve momento em que rouba nosso olhar e quebra a nossa familiaridade com o mundo, não fizesse mais do que assinalar a nossa irremediável impotência e nos confirmasse em nossa justificada indiferença.

O imediatismo da comunicação e a vertiginosa deterioração de seus conteúdos parecem produzir uma humanidade simultaneamente efetiva e distante, incapaz de nos suscitar mais do que uma solidariedade abstrata e inconstante. Desse modo, apesar de tecnicamente incluídos numa civilização planetária, encerramo-nos numa ética do horizonte próximo e apenas reconhecemos as normas que regem nossos grupos de referência profissional ou existencial.

Quando, no entanto, algum acontecimento rompe, por sua proximidade ou violência, a barreira fantasmática de nosso *apartheid* ideológico e nos atinge na carne de nossos sentimentos e de nossa consciência moral, vemo-nos, novamente, arrastados ao desalento e tentados pelo esquecimento. E não é difícil compreender esta reação: quando julgamos um ato inumano, ele parece atestar, por sua simples facticidade, o despropósito de nossa indignação, a inanidade de nossa esperança, o fracasso de nossa inteligência. Porém, ao deixarmos prevalecer o acontecimento atroz e ao submetemo-nos à eloquência de sua silenciosa presença, não estamos renunciando ao humano em nós? Não estamos firmando um pacto de vassalagem com a violência e continuando-a em nosso mudo consentimento e em nossa boa consciência de vítimas?

Não obstante, não seria difícil retrucar com outra interrogação: diante do mal, o que fazer? Como reagir diante da irrupção da violência? E, aqui, para além da legítima perplexidade metafísica, para além dessa verdadeira "*crux theologorum*" que é o problema do mal, podemos vislumbrar uma perigosa alternativa, a que nos impõe escolher entre a eficácia e a demissão. Ora, numa sociedade como a nossa, sempre atraída pelo imediatismo, aceitar tal alternativa é quase o mesmo que ceder diante da solução mais reacionária, aquela que nos desobriga da cidadania consciente em favor da ação eficiente dos aparelhos repressivos do Estado. Assim, posta a premissa de nossa inércia, segue-se a conclusão autoritária e, logo, ouvimos o clamor daqueles que exigem a pena de morte e, armados de ira santa, desprezam o pensamento crítico e o paciente trabalho da reflexão. E não é fácil resistir ao contágio emocional desse movimento político, pois ele tem a seu lado a força de um ceticismo tão insinuante quanto conveniente e que nos induz ao pessimismo conformista. Aliás, não é outro o objetivo dos que o promovem, pois sabem, como os fascistas de todos os tempos souberam, que uma mentira insistentemente repetida torna-se verdade, assim como uma verdade maliciosamente ridicularizada perde o seu poder de persuasão.

Não é, entretanto, por nossa "*sancta simplicitas*", por nossas puras intenções e pela bondade de nosso coração, que somos tão facilmente apanhados nas malhas desse sofisma conservador, porque é grande o nosso benefício primário e secundário: livramo-nos da angústia de saber e instalamo-nos no conforto do descrer. E, dessa forma, podemos prosseguir, céticos esclarecidos e racionalistas melancólicos, surdos à advertência de *Theodor Adorno* para que *Auschwitz* não se repita: não é mais perdoável preservar-se do confronto com o horror, ou socorrer-se no humanismo leviano das conciliações fáceis e nem mais possível poupar o pensamento do fardo da negatividade.

Longe de ser fator do irracionalismo, Adorno, ao dialetizar a dicotomia romântica de cultura e civiliza-

ção, sendo a primeira o domínio da interioridade e da criação intelectual e a segunda o domínio da exterioridade e da reprodução material, colocou-se na posição da "Kulturkritik" mais exigente": aquela que não atribui os males contemporâneos à uma patologia acidental no percurso da modernização, mas insiste num compromisso ontológico, através do qual a razão não é eximida de suas conseqüências e realizações históricas e a história não é absolvida da normatividade e do julgamento racional. Por isso, *Adorno*, dotado de aguda percepção de seu tempo, iniciou uma de suas mais importantes obras, a "Dialética Negativa", com uma frase surpreendente na pena de um pensador de esquerda e de inegável orientação materialista: "A filosofia, que anteriormente parecia superada, permanece viva, porque o momento de sua realização se deixou passar". Essa torção crítica da tese clássica de *Marx*, a XI tese sobre *Feyerbach*, que enuncia o primado da prática em relação à teoria, subverte o postulado imanentista do positivismo marxiano, pois representa na filosofia aquela inquietação infinita que pulsa no âmago da finitude. Na figura da negatividade, a proposição adorniana enfatiza que a rejeição da história, a estase do tempo no circuito subjetivo de um presente que se eterniza, não decorre de um excesso de interpretação do mundo e do descuido da prática, mas do esvaziamento do caráter evocativo de nosso universo discursivo e sua desvinculação com o grande patrimônio de nossa memória cultural.

Retornemos, agora, ao tema de nossa reflexão. A violência não provém do instintivo, mas nasce com a cultura. A agressividade é um elemento de equilíbrio na ordem dada da natureza, ao passo que a violência é um elemento desestruturante na ordem construída da cultura. Como nos mostrou *René Girard*, o aparecimento da violência e a criação de mecanismos para contê-la, como as proibições religiosas e os ritos sacrificiais, só podem ser hipoteticamente concebidos como experiências equioriginárias, experiências que nasceram juntas e se condicionaram reciprocamente. Ora, quando a espontaneidade da vida comunitária é estancada, quando a continuidade na produção do sentido é interrompida, o choque comum faz aumentar perigosamente o risco de uma explosão incontrolável. Ou seja, com o progresso na consciência da liberdade cresce a probabilidade da violência generalizada, que torna-se cada vez menos passível de ser contornada com os recursos da tradição. Compreende-se, então, porque foi no contexto da democracia ateniense que a filosofia emergiu com o vigor maior de sua pretensão metafísica, de seu pressuposto de uma inteligibilidade absoluta.

Na pressa de concluir e economizando ao leitor toda uma longa cadeia argumentativa, podemos esboçar o paradoxo a que alude o título de nosso texto: a razão discursiva, convocada a exorcizar o risco da violência, não apenas potencia a sua destrutividade, enquanto considerada em seu caráter meramente instrumental, mas também, reatualiza, enquanto ato contingente de um sujeito livre e finito, o princípio de sua disseminação incontrolável. Ou seja, uma razão que se autolimita ao âmbito do procedimento formal, que abdica de sua vocação fundacional, seria incapaz de enfrentar o problema da violência. A filosofia grega, na vertente platônico-aristotélica, não desconheceu esse paradoxo e introduziu a distinção essencial entre a dimensão discursiva e comunicacional do *Logos* (*Diánoia*) e a dimensão intuitiva e espiritual do *Logos* (*Nóesis*), distinção que foi reposta num registro mais fraco, pelo Idealismo Alemão, através da contraposição de Entendimento (*Verstand*) e razão (*Vernunft*).

E nós, herdeiros da modernidade, poderíamos sustentar essa distinção de procedência onto-teológica? Se essa interrogação ainda não nos pareceu ociosa e incompreensível, então será preciso convir que a violência, por mais pontual e localizada que seja, não pode ser verdadeiramente pensada fora do drama simbólico que demarcou a aventura ocidental e que *Heinrich Heine*, bem antes que *Nietzsche* escrevesse sua página profética sobre o homem louco, expressou ironicamente:

"Vocês estão ouvindo soar o pequeno sino? Ajoelhem-se. Estão levando os sacramentos a um Deus agonizante".

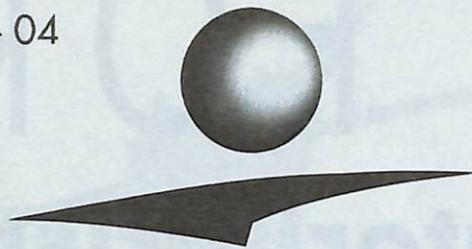


Carlos Roberto Drawin

Psicólogo e professor de Filosofia da UFMG



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04

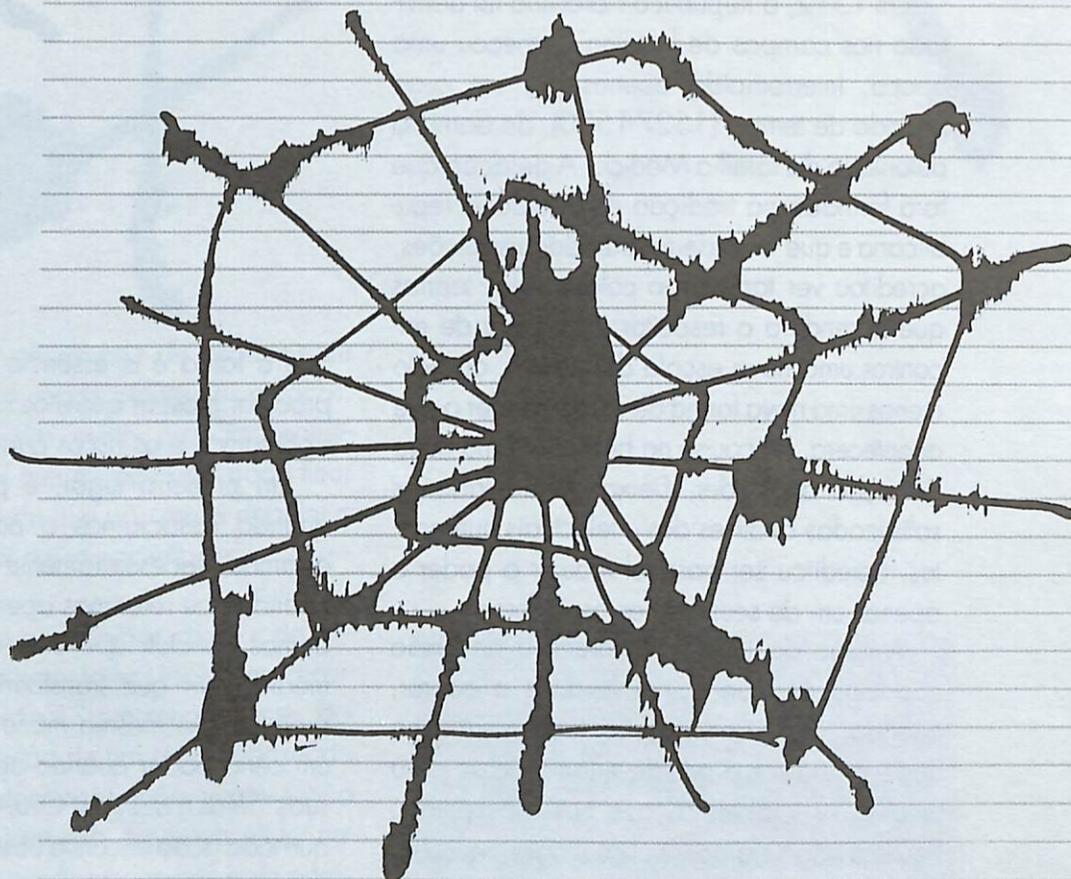


G E S T Ã O
P S I C O D I V E R S I D A D E

PODER

■ **A**utoritarismo: a força como representação do poder. Por Newton Bignotto.

■ ○ lugar do indivíduo como instaurador da política. É o que defende Michel Le Ven.



PODER E FORÇA

As tentações do autoritarismo

Newton Bignotto

Florença foi, no Renascimento, a cidade na qual se produziram as obras mais significativas sobre questões relativas ao poder e à organização das sociedades. A política era uma verdadeira mania dos florentinos. Falava-se de problemas referentes à administração pública, à constituição, à natureza das leis, não só nos círculos ligados ao poder, e entre os intelectuais humanistas, mas também em reuniões frequentadas por pessoas de variada origem e profissão. Esses debates, que se enraizavam numa longa tradição erudita de volta aos modelos da Antiguidade, produziram obras teóricas de grande envergadura, mas também uma sofisticada cultura política, que permitia transformar reuniões administrativas ordinárias em animados debates sobre a essência da política.

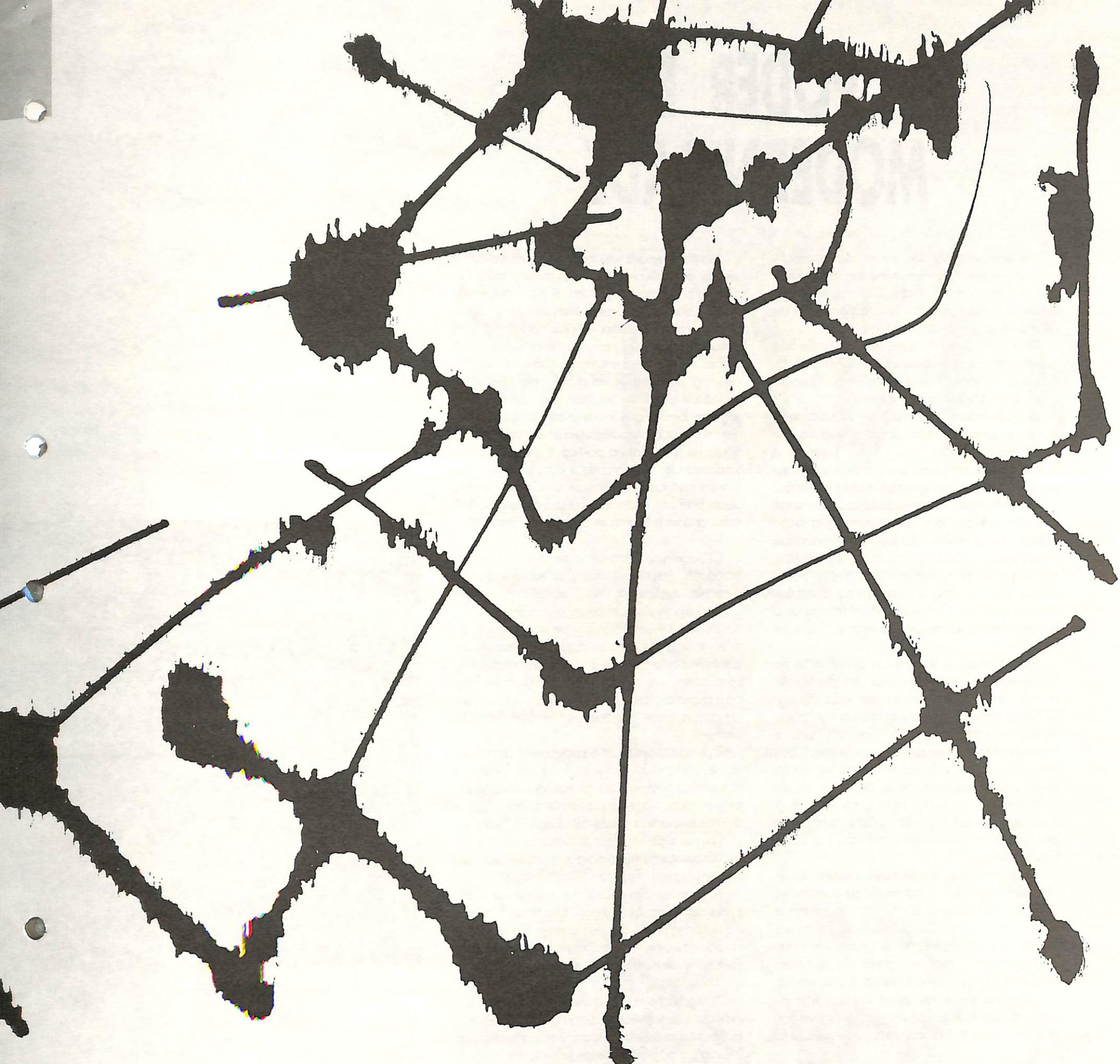
Em 1512, a República Florentina foi derrotada nos campos de batalha. Começou uma época, interrompida apenas por um curto período de tempo (1527-1530), de domínio autoritário da família Médicis. A geração que fora formada na tradição da liberdade republicana e que viu a derrocada das instituições, acreditou ver também o colapso das teorias que aprendera a respeitar. Na ânsia de encontrar uma nova escala de valores, ou pelo menos uma nova forma de compreender o que acontecera, lançou-se na busca de uma nova definição do poder. Deixando de lado as sofisticadas análises dos intelectuais humanistas, acreditou ser possível reduzir o poder a apenas um de seus elementos: a força.

A visão da juventude florentina de então não foge da que somos levados a adotar, quando, diante de uma crise, tentamos dizer o que é o poder e o que deveríamos fazer para resolver os problemas que nos atormentam. Embora não seja possível contrapor aqui uma teoria sofisticada sobre o poder - mostrando que a força é apenas um aspecto de um conjunto complexo de relações -, à idéia de

que a força é a essência do poder, vamos procurar mostrar quais os limites da idéia que apontamos e os riscos que comporta.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que, quando associamos o poder à força não estamos necessariamente errados. Mesmo quando nos referimos apenas à vontade, podemos concluir que uma vontade **pode** na medida em que transforma em ações seus projetos. Da mesma maneira, alguém detém um certo poder quando age de acordo com suas idéias e desejos. Ora, não é difícil afirmar que toda ação encontra obstáculos e oposições e que, para se tornar efetiva, precisa vencê-los. O poder é pensado, assim, como a capacidade de impor decisões, mesmo em situações adver-

sas. A análise das guerras, da política nos tempos de crise, das relações internacionais, não faz mais do que confirmar essa impressão. Quando, como no caso brasileiro, atravessamos um longo período de crise, durante o qual os detentores do poder governamental se mostram incapazes de produzir transformações necessárias para a sociedade, a primeira coisa que pensamos é que não possuem a força para fazê-lo, ou, dito de outra forma, que não detém o poder para tanto. Quando agem em proveito próprio, contra os interesses públicos, mas executam projetos de maneira eficaz, acreditamos apenas confirmar que a eficiência da força está demonstrada, ainda que de forma perversa.



O que acabamos de dizer seria apenas uma opinião possível sobre o poder se não fosse capaz de se apresentar como uma teoria coerente sobre a política, fundada aparentemente no mais saudável realismo. O que é mero senso comum é transformado em observação rigorosa da vida coletiva dos homens. Se as relações de poder parecem conter a verdade da vida política, a força é o parâmetro último para julgar os diversos atores sociais e a capacidade de execução de seus projetos.

A partir desse momento, passamos a acreditar que, ainda que a democracia seja desejável, talvez não seja o melhor regime, exatamente por não permitir uma concentração

adequada de força, capaz de produzir um poder que resolva nossos problemas práticos. Ainda que pesarosos, muitos passam "realisticamente" a dizer que a liberdade pode ficar para o futuro, desde que possamos debelar a crise profunda de nossa sociedade.

Diante do que poderíamos chamar de tentação do autoritarismo, talvez fosse bom recordar que os florentinos, que alegremente saudaram a instauração de um regime baseado na força e na eficiência, não viram senão decadência e corrupção. Florença só foi capaz de produzir as obras que até hoje admiramos enquanto conservou intacta sua liberdade e suas instituições democráticas.

Newton Brignotto é Doutor em Filosofia pela "École des Hautes Études en Sciences Sociales", Paris, França e professor do Departamento de Filosofia da UFMG.

PODER E MODERNIDADE

Há uns cinco séculos, no mundo ocidental, ocorreu uma revolução na representação, conceitualização e experiência do Poder. Deslocou-se para o Indivíduo o que, até esta data, era privilégio de Deus e de seus representantes.

Com isso, não só dessacralizou-se o poder mas este foi visto como um desejo e uma possibilidade de todos os homens e de cada indivíduo. O poder tomou uma face humana e histórica.

A modernidade em política significou a ousadia do homem em imitar Deus, não só na sua capacidade criadora, mas na sua potência e autoridade, no seu poder único e indivisível. Esta ousadia significou transgressão, ruptura e criação.

É, então, neste momento de ruptura, que surge o sujeito político, que se inaugura uma ação política, que se institui o Estado. O homem se faz encontrando o Outro, criando o espaço público. Assim a política se faz arte, artifício, representação, ciência, obra da palavra humana e da instituição. Morre o ideal do "Guerreiro" para deixar surgir o homem moderno da palavra, do trato e do contrato.

Para Hobbes, os homens são os instituintes do Estado não por submissão à uma Vontade Absoluta, mas por um ato de amor à sua vida própria. Como os homens são lobos uns dos outros, que o estado de natureza é o da Violência, que os homens podem matar e serem mortos, é para todos necessário obedecer à uma lei interna, nutrida do medo e da esperança, medo de morrer ou de precisar matar, esperança de viver e viver bem. A morte vem a suscitar a vida. Poder é obedecer a esta Lei interna que se torna pública. E é isto o Estado moderno.

Nada mais atual do que estes pensamentos de Hobbes. Vejo neles a motivação para entrar na "Campanha Nacional da Cidadania contra a fome e pela Vida". Chamo ausência de poder, fragilidade e incompetência do Estado a atuação dos Comandos Vermelhos, o horror dos massacres em penitenciárias, o escândalo dos assassinatos de trabalhadores e lideranças sindicais e a impunidade dos sonegadores em qualquer nível que se situem. Neste sentido hoje falta poder político no Brasil.

Maquiavel faz uma leitura próxima e diferente do poder. Ele afirma de princípio que é bom que os homens desejem o poder mas que o façam com competência. É desejável ser Príncipe mas para isso é preciso saber constituir um Povo. Sem o reconhecimento de um Povo, ninguém é príncipe. Boas leis e boas armas, justiça, amor e ódio são os elementos que contribuem para conservar o Poder. Conservar o momento da fundação pela virtude e fortuna significa governar os homens. Assim, razão e paixão se juntam para governar homens que podem ser volúveis, inconstantes, interesseiros.

Neste sentido, hoje, no Brasil, é preciso restaurar não só a dignidade da política mas reavivar a paixão pela política. Isto significa melhorar a nossa própria auto-imagem, parar de falar que "este país não presta". É preciso repor a ética na política, o que significa ousar, criar, inventar e não somente não matar e não roubar que são princípios elementares da vida em sociedade.

No decorrer dos séculos, houve uma perda de sentido da radicalidade do papel do indivíduo como ator e autor da política. A partir do século XVIII, a política passou a ser vista como convivência entre iguais, e o Outro, olhado como irmão. A sociedade passou a ser o elemento fundante da política. O poder foi entendido como dominação de um grupo dono de um projeto sobre e para a sociedade e de uma verdade a ser anunciada e seguida. É nisto que reside a contradição fundamental do socialismo utópico que, contudo, teve o mérito de recolocar na política a gratuidade e a solidariedade, a igualdade e a fraternidade. Os homens partiram em busca de um Grande Irmão, de um bom pai, enfim dum mítico bom poder, que todos anulam a liberdade criadora do indivíduo.

O socialismo continua a ser o sonho da humanidade, mas historicamente o "socialismo real" pretendeu realizar a utopia *saint-simoniana* de substituir o governo dos homens pela administração das coisas. A tecnocracia dos tempos de ditadura, a burocracia do Estado corporativo, souberam competir com as mazelas do socialismo estatal. No caso, poder virou técnica. A economia, que é feita para prover a subsistência dos seres vivos, cooperou para a morte dos homens e a destruição da natureza.

É preciso redescobrir o poder como ato humano, a política como fundação e instituição, a convivência necessária e contraditória do público e do privado, mantendo constante a radicalidade do indivíduo como sujeito instaurador da política.

Por isso sugerimos aos profissionais da Psicologia um aprofundamento de algumas questões aqui levantadas pelo olhar da Ciência Política.

A primeira diz respeito à compreensão do poder como relação desigual, assimétrica, triádica, o que não significa que ela não seja democrática. Em política, sujeito e objeto se encontram através de um terceiro elemento que pode ser chamado Público, Estado, Lei.

A segunda questão refere-se à identidade dos indivíduos reconhecidos como sujeitos políticos. Hobbes nega ao escravo, à criança, à mulher, ao "nécio", a possibilidade de se tornarem sujeitos. Hoje, ao contrário, estamos lutando para o reconhecimento, não só dos direitos de cidadania mas da identidade política dos doentes mentais, das crianças, dos presos. Seria inútil falar do reconhecimento da cidadania das mulheres que, em duas décadas, souberam aparecer na cena política.

Enfim, é necessário repensar e reformar o Estado, não somente elaborando uma nova Constituição, mas refundando o Estado Republicano. Dizem que o povo assistiu "bestializado" à Proclamação da República. Mas isto foi no século passado. É preciso hoje reconhecer os sinais e os símbolos novos da refundação do Estado brasileiro. Não vai haver saúde política de um Estado e de uma sociedade como a nossa, sem por o poder e a política "de ponta cabeça". Afinal somos os instituidores do Estado e, portanto, responsáveis de sua adequação às necessidades dos indivíduos e aos direitos dos cidadãos.

Michel Le Ven

Professor de Ciência Política da
Universidade Federal de Minas Gerais